

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
INSTITUCIONAL**

HENRIQUE JOSÉ ALVES RODRIGUES

**PENSANDO MINORIAS SEXUAIS E DE GÊNERO
SOB A PERSPECTIVA DAS POLÍTICAS PÚBLICA E
DE SUBJETIVAÇÃO**

VITÓRIA
2010

HENRIQUE JOSÉ ALVES RODRIGUES

**PENSANDO MINORIAS SEXUAIS E DE GÊNERO
SOB A PERSPECTIVA DAS POLÍTICAS PÚBLICA E
DE SUBJETIVAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Institucional, na área de concentração Clínica e Subjetividade.

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Cristina Campello Lavrador.

VITÓRIA
2010

HENRIQUE JOSÉ ALVES RODRIGUES

PENSANDO MINORIAS SEXUAIS E DE GÊNERO SOB A PERSPECTIVA DAS POLÍTICAS PÚBLICA E DE SUBJETIVAÇÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Institucional, na área de concentração Clínica e Subjetividade.

Aprovada em 26 de Março de 2010.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profª Drª Maria Cristina Campello Lavrador
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora

Profª Drª Kátia Aguiar
Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Leila Domingues Machado
Universidade Federal do Espírito Santo

Para Silvana Salles (in Memoriam)

AGRADECIMENTOS

Na elaboração deste trabalho contei com a força, ajuda e carinho de várias parceiras e parceiros:

A minha avó Lúcia, que faleceu no calor da produção da pesquisa;

A minha mãe Jenete companheira de todas as horas;

À Jamilda, Luciene, Moacir e Débora, meus irmãos e amigos;

À Janaína, cúmplice de leituras e aventuras;

À Cristina, com suas orientações;

À Lívia, amiga que gentilmente normatizou o trabalho;

Além do Fundo de Apoio à Ciência e Tecnologia (FACITEC) da Prefeitura de Vitória, que me concedeu uma bolsa de estudos.

RESUMO

Esta dissertação de mestrado se propõe a por em análise o campo problemático denominado minorias sexuais e de gênero em suas dimensões de política pública e de política de subjetivação. Para pensar esse referido campo, o movimento de pesquisa percorreu cinco eixos de análise: 1- Pensar política pública, enquanto impulso de construção de “comum”, conceito que o marxismo contemporâneo de Negri e Hardt elaborou; 2- A filosofia da diferença – Foucault/Deleuze/Guattari/Rolnik – se constitui no segundo eixo deste trabalho, com as análises sobre os processos de subjetivação contemporâneos e, sobretudo, a construção de uma noção de minoria que se distancia das leituras de forte apelo identitário das clássicas Ciências Sociais; 3- Aprofundando a crítica aos discursos identitários, uma referência importante para este trabalho foi a controversa teoria *queer* que, com seu conceito de performatividade e a reformulação da categoria de gênero, se contrapõe não só às Ciências Sociais clássicas, mas também aos discursos de grande parte dos movimentos de minorias; 4- O movimento de pesquisa procurou também pensar as minorias sexuais e de gênero a partir da leitura histórica que Júlio Simões e Regina Facchini (2009) empreenderam sobre o movimento LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais) no Brasil, buscando compreender o lugar que a bandeira por políticas públicas ocupou em cada fase desta história; 5- O quinto eixo que compõem esta pesquisa é a experiência de participar do Programa Vitória Sem Homofobia da Secretaria Municipal de Cidadania e Direitos Humanos do Município de Vitória/ES (SEMCID), tendo como questão de análise os movimentos produzidos pelo Programa para se constituir em política efetivamente pública e não meramente um prestador de serviços a um segmento específico da sociedade. Procurou-se assumir uma postura cartográfica de pesquisa em que a problematização – criação de novos problemas – fosse uma força mais intensa do que a mera verificação de processos ou aplicação de conceitos. Nesta perspectiva, procurou-se criar uma nova paisagem para o campo problemático das minorias sexuais e de gênero, composta por forças conceituais do marxismo contemporâneo, da filosofia da diferença, da teoria *queer*, do registro histórico e pela experiência de participar do Programa Vitória Sem Homofobia. O Programa não foi entendido como objeto de aplicação conceitual, mas como mais um eixo do

campo problemático a produzir questões sobre a temática das minorias sexuais e de gênero.

Palavras-Chave: minorias; políticas públicas, subjetivação.

LISTA DE SIGLAS

ABIA - Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS

ACARD - Associação Capixaba de Redução de Danos

AGES - Associação de Gays de ES

CAVVID - Centro de Atendimento das Vítimas de Violência e Discriminação

DST - Doenças Sexualmente Transmissíveis

EUA – Estados Unidos da América

GALF - Grupo de Ação Lésbico-Feminista

GAPA - Grupo de Apoio e Prevenção à AIDS

GGB - Grupo Gay da Bahia

GLBT – Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros (Transexuais e Travestis)

GLS – Gays, Lésbicas e Simpatizantes

HSHs – Homens que fazem sexo com homens

INAMPS - Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (Transexuais e Travestis)

LGBTT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis

LGBTTI – Lésbicas, Gays, bissexuais, Transgêneros e Intersexuais

ONG – Organização Não Governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

PSTU - Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

PT - Partido dos Trabalhadores

SEMCID - Secretaria Municipal de Cidadania e Direitos Humanos

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SETGER - Secretaria Municipal de Trabalho e Geração de Renda

SUS - Sistema Único de Saúde

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

USP - Universidade de São Paulo

VIDDA - Valorização, Integração e Dignidade do Doente de AIDS

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 MINORIAS E CONSTRUÇÃO DO COMUM: AREJANDO A NOÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA	17
2.1 AREJANDO A NOÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA.....	20
3 MINORIA - CRIAÇÃO E POLÍTICA DE SUBJETIVAÇÃO: ENTRE FORMAS E INTENSIDADES	27
3.1 POLÍTICA PÚBLICA E DE SUBJETIVAÇÃO: O PARADOXO QUE NOS HABITA.....	31
4 A TEORIA <i>QUEER</i>	34
5 MOVIMENTO DE MINORIAS SEXUAIS NO BRASIL: UMA POSSÍVEL NARRATIVA HISTÓRICA	44
5.1 Movimento Político na Europa/EUA e Movimentação Social no Brasil.....	46
5.2 A Movimentação Pré-Anos 1970.....	52
5.3 Anos 1970: Movimento Homossexual e a Luta por Democracia.....	54
5.4 Anos 1980/1990: Outra Forma de Atuação Pública e a Luta Contra a Aids.....	58
5.5 O Movimento LGBT.....	62
6 PROGRAMA VITÓRIA SEM HOMOFOBIA: UMA EXPERIÊNCIA DE POLÍTICA PÚBLICA	68
6.1 O Fórum Municipal de Cidadania LGBT.....	69
6.2 O Curso de Qualificação de Travestis e Transexuais.....	77
6.3 Homofobia Explícita: Mídia e Câmara Municipal.....	78
6.4 O CAVVID.....	83
6.5 Um Pouco de Ar Puro.....	85
7. É POSSÍVEL CONCLUIR?	86
8. REFERÊNCIAS	91
APÊNDICE	94

1- INTRODUÇÃO

Este movimento de pesquisa tem como propósito produzir uma nova paisagem de análise para o campo problemático denominado minorias sexuais e de gênero. O objetivo é pensar as questões teóricas, políticas e éticas que atravessam o campo de análise das minorias sexuais e de gênero, enquanto produtoras de políticas públicas e de subjetivação.

Minorias sexuais e de gênero são pensadas aqui não apenas como as Ciências Sociais, Humanas e Psicológicas clássicas as caracterizam, a saber: grupos sociológicos que possuem um lugar delimitado em perversas hierarquias de dominação e exploração.

Apesar desta dimensão que os estudos das humanidades elaboraram sobre as minorias ser inegável, o presente trabalho se propõe a pensar minoria com os teóricos da filosofia da diferença – Foucault, Deleuze, Guattari, Rolnik – que, a partir de suas específicas produções teóricas, elaboraram uma imagem de “minoria-criação”.

Não aquela dimensão clássica que nos remete a uma categoria identificável, um sujeito político/social/psicológico em estado de sujeição e/ou oposição a uma categoria dominante. E sim uma dimensão que nos remete a um processo de criação, a uma força estética de inventar novos códigos, novas regras do jogo. E por isso, desestabiliza e desloca as relações de poder; menos por oposição do que por escape.

Os teóricos da filosofia da diferença se debruçaram, em algum momento de suas produções, sobre a questão específica das minorias no campo da sexualidade. Como veremos, a noção de gênero, ou não comparece, ou é combatida nas obras destes teóricos. Portanto, o conceito de gênero presente no título desta dissertação é expressão dos movimentos e escolhas desta pesquisa; movimentos esses fortemente inspirados por conceitos da teoria *queer*.

Dada a intensidade que a questão das políticas públicas vem adquirindo no debate político e social em nosso país, este trabalho busca percorrer o campo das minorias

sexuais e de gênero pela via da problematização da noção de política pública e política de subjetivação.

Este último conceito, elaborado por Rolnik (1989), comparece no trabalho devido a um pressuposto deste trabalho, elaborado a partir da leitura dos teóricos da filosofia da diferença: toda política pública corresponde a um processo de subjetivação. Ou dito de outra forma: toda política pública é uma interferência em nosso modo de estar no mundo. Uma política pública reafirma modos hegemônicos de vida e/ou favorece a criação de novas relações com o mundo.

A pesquisa lançou mão de cinco eixos de análise para compor esta nova paisagem do campo problemático em estudo:

1. O primeiro eixo de análise é pensar política pública como impulso de construção do “comum”, conceito elaborado pelos pensadores marxistas Antônio Negri e Michael Hardt. Pretende-se transformar o conceito de “comum” em ferramenta que ajude a descentrar a figura do Estado do pensamento sobre política pública ou sobre “o público”. Mais do que uma política estatal ou um serviço ofertado por servidores do Estado, esta pesquisa afirma que a política pública é um modo de se relacionar com o mundo e de se apropriar de nossas condições de existência. No percurso da pesquisa e da escrita percebemos que, além de distinguir política pública de política estatal, devemos “limpar” outra noção controversa, mas que nos acena ao nos debruçarmos sobre política pública: a noção de democracia. Ao problematizar a noção de política pública e a de democracia localizamos este trabalho no coração das questões que movem a contemporânea sociedade brasileira. Sociedade essa que está, cada vez mais, habituada às Paradas LGBT’s; à discussão midiática sobre homofobia e direitos de minorias sexuais e de gênero; ao compromisso cada vez maior do Estado - em várias de suas instâncias - em promover políticas de promoção da cidadania de minorias de todo tipo; ao discurso insosso do “politicamente correto” etc. Todas essas questões, de alguma forma, estão associadas a uma suposta “entidade” chamada democracia. Essa palavrinha mágica pronunciada por movimentos sociais, entidades identificadas como de esquerda ou de governos

“progressistas”: políticas públicas para todos os males. Mas o que são afinal política pública e democracia?

2. O segundo eixo compreende as produções dos teóricos da filosofia da diferença sobre os processos contemporâneos de subjetivação e a construção da imagem de uma “minoria-criação”. Ao pensar a microfísica dos desejos proposta por Deleuze e Guattari (1996), procurei associar política pública com o que Rolnik (1989) denominou de política de subjetivação. A partir desse horizonte, além da pergunta sobre quais direitos de minorias queremos reivindicar, devemos, obsessivamente, nos perguntar o que desejamos e o que estamos ajudando a funcionar.
3. O terceiro eixo gira em torno da teoria *queer*, um conjunto de produções originadas nos estudos culturais norte-americanos que problematizam os discursos identitários das Ciências Sociais e da maioria dos movimentos de minorias. A análise se concentra sobre o conceito de performatividade de Butler (2008), que desestabiliza a noção de uma identidade pensada como essência, além de reafirmar a imagem de uma “minoria-criação” proposta pelo campo da filosofia da diferença. Com a teoria *queer* nos deparamos com uma reelaboração do conceito de gênero. Reelaboração que – na visão de alguns teóricos *queer* – marca sua distinção com a filosofia da diferença, particularmente da análise sobre o dispositivo da sexualidade efetuada por Foucault.
4. O quarto eixo consiste em problematizar o atual movimento LGBT, a partir do registro histórico elaborado por Simões e Facchini (2009). A análise girou em torno do lugar que o debate por políticas públicas ocupou nesse percurso histórico dos anos 1970 até hoje.
5. O quinto eixo foi a experiência de participar do Programa Vitória Sem Homofobia da Secretaria de Cidadania e Direitos Humanos (SEMCID) da Prefeitura Municipal de Vitória/ES (PMV). Procurei analisar as produções discursivas elaboradas no Fórum de Cidadania LGBT, tendo como referência o nosso impulso de criar ações que ampliassem a dimensão “pública” e não meramente estatal do Programa.

No percurso destes cinco eixos, procurei assumir uma postura cartográfica de pesquisa. Cartografia não se refere a uma técnica de pesquisa ou a um determinado

repertório teórico, mas uma postura ético-política que defende que o principal gesto de um movimento de pesquisa não é coletar dados ou solucionar problemas. A postura cartográfica parte do princípio de que o principal ato de uma pesquisa é criar novos problemas. A postura cartográfica pressupõe um movimento de problematização para que a ação de pensar se estabeleça. Quando os movimentos de pesquisa estão mais preocupados em solucionar problemas, partimos do pressuposto de que os problemas de uma determinada área do saber ou de uma temática já estão dados pela tradição; restando ao pesquisador coletar dados para responder às questões já colocadas pelo cânone.

Inspirados pelo princípio de que a “verdadeira liberdade está em criar seus próprios problemas” (DELEUZE, 1999; p.9), vários pesquisadores do campo dos estudos sociais no Brasil defendem que o gesto de colocar novos problemas, ou seja, de inventá-los, é a grande questão de uma pesquisa. Solucionar problemas é importante. Mas, quando desenhamos novos problemas, já estamos construindo sua solução. O ato de criar problemas se confunde com o de solucioná-los.

Não se trata de repetir conceitos dos autores, de coletar dados “empíricos” e aplicar os conceitos anteriormente estudados, de verificar apenas ‘o que se passa’. A questão é produzir novas leituras de mundo pela desestabilização que nos causa os conceitos que pensamos. No caso do último eixo, o Programa Vitória Sem Homofobia, o esforço era acompanhar ‘de dentro’ o processo de construção das práticas; estar mais atento ao processo do que ao resultado (embora a verificação do resultado seja importante); e, o mais fundamental, estar sempre se perguntando o que estamos ajudando a funcionar do ponto de vista ético e político. Nesse sentido, o pesquisador também produz interferências, contaminando-se, compondo com o seu campo.

O que move esta pesquisa não é apenas perguntar se os conceitos dos autores são verificáveis nas práticas ou não; ou apenas detectar a presença da diferença ou da reprodução de práticas sociais hegemônicas. As questões que nortearam os procedimentos de pesquisa foram:

- O que podemos fazer para que os horizontes apontados pelos conceitos pesquisados possam transformar nossas práticas?

- Como podemos fortalecer a diferença que nos habita e pôr em análise práticas reprodutoras de modos de vida hegemônicos que nos enfraquecem eticamente?

Em relação a estas questões, considero pertinentes as palavras de Eirado (1997, p. 210):

Logo, a boa questão não é a de saber o que a coisa é; realmente, para saber o que as coisas são, é preciso penetrar primeiro, nelas, dentro do processo que está em vias de fazê-las mudar. Quando perguntamos o que é a coisa, nós olhamos o passado, porque, o que ela é, já faz parte do passado. Nós devemos dirigir nosso olhar para o tempo em que ela está em vias de se fazer, e nos perguntarmos como ela se está fabricando agora. Então, a essência de uma coisa não será mais o que ela é, ou seja seu passado, mas a potência que ela tem de se transformar, de mudar, de produzir o novo.

Nesta perspectiva, procurou-se criar uma nova paisagem para o campo problemático das minorias sexuais e de gênero, composta por forças conceituais do marxismo contemporâneo, da filosofia da diferença, da teoria *queer*, do registro histórico e pela experiência de participar do Programa Vitória Sem Homofobia. O Programa não foi entendido como objeto de aplicação conceitual, mas como mais um eixo do campo problemático a produzir questões sobre a temática das minorias sexuais e de gênero. Não que seja o mesmo problematizar conceitos e problematizar a experiência de participar de um Programa de política pública. Mas, apesar de naturezas distintas, não há hierarquia entre os eixos. Eles são fios que podem compor um novo diagrama de problemas.

Antes de iniciarmos nosso percurso pelos eixos que compõem o campo de análise deste trabalho, gostaria de explicitar as questões que me moveram a se debruçar sobre a temática das minorias sexuais e de gênero na perspectiva da política pública e de subjetivação. Pretendo expor minhas relações com o campo, que se formaram muito antes de iniciada esta pesquisa. As leituras dos autores, esta escrita e a experiência de participar do Programa Vitória Sem Homofobia foram marcadas pelo esforço de pôr em análise as questões e relações que já existiam com o campo. Análise de implicação¹ entendida não como indicadora de prováveis obstáculos a um

¹ Penso implicação junto com a Análise Institucional, cujos expoentes, como Lourau (2004), utilizam tal ferramenta teórica para desconstruir a imagem clássica do pesquisador distanciado, “limpo” das questões de seu campo de análise. Ao mesmo tempo, não se trata de expor nossas implicações para “confessar” nossa

olhar “verdadeiro”. Mas como um esforço de “sair do lugar”, construir novas relações e questões com o campo.

Em minha trajetória acadêmica de graduação na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) estabeleci contato com o grupo PLUR@L de Diversidade Sexual. Formado por alunas e alunos de cursos das Ciências Humanas da UFES, o PLUR@L se propõe realizar grupos de estudos e intervenções políticas com foco nas questões de gênero e de diversidade sexual. Apesar de não pertencer ao grupo, tinha laços de amizade e afinidade política com grande parte de seus integrantes, além de participar de alguns de seus encontros.

O PLUR@L problematiza as noções de identidade sexual, a pretensa coerência entre sexo/gênero/desejo² e a imagem do homossexual apenas como vítima sociológica. O grupo é radicalmente crítico em relação à forma de organização dos grupos políticos estudantis e dos grupos de minorias sexuais e de gênero, possuindo uma organização interna em que se busca a construção da autonomia de seus integrantes, bem como a responsabilidade ética pelas ações do PLUR@L. Ninguém é representante do PLUR@L, ninguém é líder, o grupo não possui posições concebidas a priori. Tudo deve ser construído coletivamente; e as posições são provisórias, abertas a novas questões.

Devido às minhas relações com o PLUR@L, participei das discussões iniciais de implantação do Programa Vitória Sem Homofobia no final de 2005. Neste mesmo ano, foi instituído um Fórum, mais tarde chamado de Fórum Municipal de Cidadania LGBT, como espaço de interlocução entre o poder público municipal e as entidades e pessoas da sociedade civil interessadas em conceber e avaliar as ações do Programa.

A minha pequena participação na construção do Programa, as informações veiculadas pela mídia sobre as reivindicações de entidades de minorias sexuais e de gênero por direitos, ações afirmativas e serviços específicos, além das gigantescas Paradas LGBT's nos grandes centros urbanos do país, num claro sinal de uma

parcialidade ou demonstrar nosso "vínculo afetivo" com o campo de análise. Sobre as questões relacionadas ao conceito de implicação ver Passos e Eirado (2009).

² A crítica do postulado de uma coerência entre sexo/gênero/desejo é uma marca da Teoria *queer*, uma das referências do grupo PLUR@L. A idéia de uma descontinuidade entre sexo/gênero/desejo será apresentada no terceiro eixo deste trabalho.

política de visibilidade, produziam em mim sentimentos paradoxais. Desde o entusiasmo por movimentos sociais que discutem, publicamente, formas perversas de preconceito e lutam em defesa da diversidade, até a desconfiança em relação a esses mesmos movimentos: Por que a obsessão por política pública? A luta por políticas públicas para minorias sexuais não traduziria um “desejo de Estado” e tutela? Que contrapartida daremos para obtermos direitos? Seremos “cidadãos de bem”, com casamento, família e viagens gays pelo Caribe?

Foi com esta relação de admiração e desconfiança que iniciei esta pesquisa sobre minorias sexuais. Sentimentos que, penso, faziam-se presentes também na relação de todos os integrantes do PLUR@L com os outros grupos de minorias, seja os grupos que participam do Programa Vitória Sem Homofobia, seja os grupos com quem o PLUR@L estabelece contato pelo Brasil afora em seminários e congressos.

Como veremos nos próximos itens deste trabalho, a visão de política pública como algo pernicioso foi dissipada pelos encontros efetuados e com alguns conceitos pesquisados nesta pesquisa.

Na trajetória desta pesquisa, minhas relações com o PLUR@L se intensificaram politicamente e, hoje, faço parte do grupo. Participei, no início de 2009, da reunião que estabeleceu o fim do PLUR@L, enquanto grupo político, devido a um lento processo de esvaziamento e concentração de atribuições e tarefas em torno de apenas dois membros, o que feria o princípio de autonomia tão defendida pelo grupo.

O PLUR@L, atualmente, está se organizando para se transformar em ONG (Organização Não Governamental), cujo objetivo será prestar consultorias e cursos sobre a temática de gênero e de diversidade sexual. A maioria de seus integrantes já se graduou, está no mercado de trabalho e/ou fazendo mestrado. Pensamos que a ONG PLUR@L pode produzir interferências interessantes na formação de profissionais da educação e de outros serviços sociais, num momento em que a temática LGBT ganha visibilidade social e governamental. Apesar de várias questões atordoarem nosso pensamento: O que pode uma ONG? Os princípios de autonomia e de estar aberto a novas formas de ação cabem na “camisa” ONG? Seremos os “especialistas” em minorias sexuais?

Penso que este processo de estreitamento de relações com o grupo PLUR@L influenciou minhas leituras para este trabalho, já que a teoria *queer*, uma das maiores referências teóricas do grupo e que previamente teria apenas uma breve menção, passou a ter uma força não prevista na escrita desta dissertação.

Por outro lado, considero que meu pertencimento ao PLUR@AL não mudou a percepção que os demais integrantes do Fórum LGBT sempre tiveram de minha presença desde o início do Programa em 2005: estudante da UFES = PLUR@L; ou amigo de integrantes do PLUR@L = integrante do PLUR@L. Este movimento de aprofundamento e mudança de minhas relações com o PLUR@L talvez só foram perceptíveis para o grupo. Os demais integrantes do Fórum sempre tiveram a percepção de que eu era integrante do PLUR@AL. Quando me reapresentei para os integrantes do Fórum como pesquisador de curso de mestrado, as pessoas sempre me tratavam como integrante do PLUR@L.

Espero que esta escrita expresse a construção de um outro lugar a partir deste movimento de pesquisa. Não que minhas anteriores relações com o campo não estejam presentes nesta experiência com os conceitos, com o Programa e com a escrita. Mas que essas implicações não esgotem a análise, que um outro olhar possa ter me habitado e feito construir outras leituras que o integrante do PLUR@L em mim tem dificuldades de produzir.

2 MINORIAS E CONSTRUÇÃO DO COMUM: AREJANDO A NOÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA

Antes de iniciarmos o percurso sobre o primeiro eixo desta pesquisa, faz-se necessário problematizar um conceito que sempre emerge, quando se discute política pública: a democracia. Pensar minorias sexuais e de gênero numa perspectiva de política pública é pensar nos novos contornos que a democracia assume em nosso país.

Denomino de novos contornos do processo democrático a emergência de vozes na cena pública que demandam novos direitos, inventam novas questões, reconfiguram a sociedade brasileira e problematizam as imagens clássicas que temos de nós mesmos. À luta por democracia dos anos 1970 e 1980 e por políticas públicas universais de acesso à educação, saúde, moradia e qualidade de vida dos anos 1980 e 1990, somam-se as demandas de setores da sociedade que lutam por políticas públicas que dêem conta da diversidade, da diferença e dos modos de vida: os direitos das mulheres, das crianças e dos adolescentes, dos negros, dos alunos de escola pública pelo acesso ao ensino superior público, dos psiquiatrizados, das minorias sexuais e de gênero etc. Aquelas questões das décadas de 1970, 1980 e 1990 continuam sendo nossas questões; a luta por democracia e por políticas públicas universais ainda são urgências do presente. Porém, tais lutas, desde àquele período histórico, se encontram atravessadas por outras questões, que as reconfiguram e as deslocam.

Portanto, diferente das abordagens que invocam ferramentas conceituais que preferem apenas dissecar os efeitos dos tentáculos do mercado ou da reestruturação neoliberal do Estado na elaboração de políticas públicas, este movimento de pesquisa optou por pensar as transformações da sociedade brasileira nas últimas décadas pela linha que nos leva às movimentações de amplos setores sociais por ampliação e invenção de direitos. A pesquisa se moveu por pensar a sociedade brasileira nas últimas décadas junto com Caetano Veloso, quando esse diz:

“As mudanças que tenho visto desde a minha adolescência são muito rápidas e muito grandes para que os mais letrados entre nós só repitam que não andamos. É loucura. Mas sem crítica e sem lamentos tampouco

se anda. Então está bem. Mas alguém precisa alertar para os conseguintes, senão não há responsabilidade” (CAETANO VELOSO, 2009, p. 17).

Ou seja, é fundamental pontuarmos e fortalecermos nossas conquistas, nossos “conseguintes”, para que o exercício ético se efetive. Isso não significa que as questões estruturais do capitalismo e as diversas visões de Estado dos agrupamentos políticos não sejam importantes e fundamentais para se pensar os dilemas, impasses e ampliação das políticas públicas. O equívoco é se apegar apenas às análises de corte econômico e político estrutural e desprezar o intenso processo de democratização de nosso país pela via das lutas sociais e da interferência de suas demandas nas políticas públicas e no próprio aparato estatal.

As ações de políticas públicas para minorias sexuais e de gênero que emergem pelo Brasil afora estão inseridas neste fluxo de movimentações sociais. O Programa Vitória Sem Homofobia, que tenho a oportunidade de acompanhar no percurso desta pesquisa, é uma faceta de uma ampla movimentação nacional, formada por centenas de organizações sociais LGBT’s, que lutam não só pela dignidade das minorias sexuais, mas que nos questionam se é possível vida democrática em uma sociedade que discrimina e vitimiza grupos sociais pelo simples fato de não atenderem às expectativas heterossexuais.

Não podemos esquecer que o movimento social pelos direitos das minorias sexuais no Brasil se articulou em São Paulo, no exato momento em que amplos setores sociais se mobilizavam pela democracia e pela liberdade de expressão nas décadas de 1970-80, como nos informam Simões e Facchini (2008) e Aguiar (1997). No final da ditadura militar, período em que os movimentos sociais lutavam pelos direitos democráticos básicos e pela responsabilização do Estado pelos serviços de acesso universal, já se lutava por políticas específicas que possibilitassem, aos setores sociais fragilizados pelo preconceito, o acesso àqueles direitos democráticos básicos e àqueles políticas universais. Ou seja, o registro histórico não autoriza o falso dilema entre políticas públicas universais X políticas pontuais ou ditas “focalistas” ou “compensatórias”.

Pensar minorias sexuais e de gênero na perspectiva da política pública é pensar também sobre a democracia e sua inserção em nosso país e no mundo

contemporâneo. Os exemplos atuais de fascismos e de intolerâncias sociais são o caldo que revigoram a cada dia a imagem de que a democracia está ameaçada e que o futuro do planeta é sermos uma grande China: indivíduos sem liberdade, tiranizados pelo Estado, mas com um sanduíche MC Donalds na boca. Alguns intelectuais brasileiros colaboram com este clima apocalíptico ao repetirem o slogan intelectual do momento: o Brasil é uma ‘semidemocracia’³.

Prefiro pensar a democracia junto com Safatle (2009): democracia não como um estado a que uma sociedade chega ou está a caminho, mas como processo incessante de problematização dos valores instituídos e de invenção de novos direitos. Nesse sentido, não há nenhuma razão para a existência de “democrômetros”: a falsa idéia de que algumas sociedades seriam mais democráticas que outras pela existência de determinados direitos. Não há sentido também na imagem de um caminho a percorrer para se chegar à democracia; pensar em uma ‘semidemocracia’ é pensar em uma sociedade que ainda não “chegou lá”. Se pensarmos democracia como processo, como eterno problematizar que não possui fim, que sempre se bifurca e produz novas questões, creio que, apesar da avidez capitalista, dos fascismos nossos de cada dia e das patas de metal do Leviatã, várias sociedades atuais, incluindo o Brasil, estão mergulhadas em um fluxo democrático. O fato de constatarmos, discutirmos e criticarmos os fascismos já é uma faceta da democracia. É o processo democrático que possibilita que o movimento de minorias sexuais provoque a sociedade brasileira, perguntando se há vida democrática em uma sociedade que discrimina as práticas não-heterossexuais. O próprio ato de colocar em questão a democracia de nosso país é uma evidência de que vivemos um intenso processo democrático. Em política, só a democracia se auto-questiona.

³ A Revista CULT, publicação não acadêmica de artigos sobre Artes e Ciências Humanas e que possui forte inserção no público de classe média universitária, elaborou uma edição sobre “A Democracia e seus Impasses” em julho de 2009. Com artigo até então inédito do famoso pensador Slavoj Zizek, a publicação contém cinco artigos e uma entrevista com três pensadores sobre a democracia no Brasil e no mundo contemporâneo. Com exceção do artigo de Vladimir Safatle e da entrevista com Renato Lessa, o espírito “apocalíptico” dos artigos refletia, em seus títulos, como o de Zizek: “Democracia Corrompida”, ou de Jorge Zaverucha: “O Brasil é uma Semidemocracia?”, cujo autor responde um melancólico sim à pergunta do título. Após esta publicação, alguns militantes de minorias com quem estabeleci contato, justificavam em eventos públicos a dificuldade de se efetivar direitos de minorias no Brasil pelo fato de “ainda sermos uma semidemocracia”. É indiscutível o sucesso de mercado da Revista CULT.

Os nossos fascismos cotidianos estão lado a lado com gestos de beleza e composição criativa, como é o caso das inúmeras políticas públicas incipientes pelo Brasil afora em defesa da diversidade sexual e contra a homofobia. Democracia não é um estágio feliz a que se chega depois de décadas de lutas e consolidação de direitos. O processo das lutas e mesmo os reveses dessas lutas já são um exercício democrático. O exercício democrático é um processo duro, penoso, paradoxal, que, às vezes, não nos deixa dormir. O exercício da democracia não é um passeio em jardins do paraíso. Mas, mesmo quando forças sociais obtêm vitórias na afirmação de seus valores reacionários, continuamos em um processo democrático, se ainda podemos fazer interferência discursiva, podemos problematizar a sociedade e a vida.

Em nosso país, o debate público sobre a democracia e seus desafios sempre foi acompanhado pelo debate sobre as políticas públicas ou políticas sociais. Diversos discursos acadêmicos e discursos estritamente políticos (movimentos sociais e partidos) associaram democracia com ampliação das políticas públicas, normalmente entendidas como responsabilização do Estado em relação aos serviços de atendimento à população. Formou-se uma imagem difusa de uma tríade formada por democracia - Estado - políticas públicas. Portanto, política pública é um termo, apesar das variações interpretativas, muito associada à esfera estatal.

O que este trabalho considera equivocado não é a tentativa de associação entre estas três dimensões de nossa vida social. Mas a imagem de uma equivalência conceitual: democracia = ampliação dos serviços de Estado para a população; Estado = políticas públicas. Portanto, o equívoco não está na idéia de associação, mas na idéia de equivalência.

2.1 AREJANDO A NOÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA

Política pública é sinônimo de política elaborada e executada pelo Estado? Juntos com Foucault (1979), devemos deslocar o Estado do centro da análise para podermos pensar outros problemas de ordem ética e política. Em uma de suas famosas aulas no College de France, abordando a questão das artes de governar, Foucault defendeu a idéia de que não é no Estado que se travam os principais confrontos de nossa época. Para o filósofo francês, devemos nos atentar para uma

forma de poder que melhor distingue o mundo contemporâneo de outros tempos históricos: a governamentalidade.

A arte de governar que melhor caracteriza nosso tempo seria o conjunto de saberes e instituições que tentam pensar e regular a população para moldá-la a determinado fim. A população - e não apenas o indivíduo - passa a ser o novo alvo do poder, das instituições e dos saberes. Antes da governamentalidade, o Ocidente inventou duas formas de economia de poder. A forma soberania, em que a figura do rei e seus símbolos eram fundamentais ao funcionamento dos poderes. Na forma soberania, o poder se movia para usurpar riquezas dos súditos ou dos reinos inimigos. O modo de vida das pessoas não era alvo do poder. Na Modernidade, emergiu uma nova tecnologia de poder: o poder disciplinar. Na tecnologia disciplinar, o poder possui os corpos dos indivíduos como alvo. Os corpos dos indivíduos deveriam ser pensados, explicados e normatizados. Os exercícios de poder eram operados sobre os corpos dos indivíduos em espaços fechados como a escola, o hospício, a prisão, o exército etc.

No século XX, consolida-se uma nova tecnologia de poder. Na arte de governar da governamentalidade, a população aparece como o novo alvo. O que mobiliza as artes de poder no mundo contemporâneo é regular, não apenas o indivíduo, mas, sobretudo, a população, a espécie, o aumento demográfico, as epidemias, as turbulências coletivas etc. A população é pensada como um perigo que deve ser docilizado; os potenciais riscos à ordem social devem ser combatidos com a ação preventiva do poder na regulação da população. Para Foucault, o Estado só sobreviveu a uma sociedade como a nossa, porque a instância estatal foi 'governamentalizada'.

Sabemos que fascínio exerce hoje o amor pelo Estado ou o horror do Estado; como se está fixado no nascimento do Estado, em sua história, seus avanços, seu poder e seus abusos etc. Esta supervalorização do problema do Estado tem uma forma imediata, efetiva e trágica: o lirismo do monstro frio frente aos indivíduos; a outra forma é a análise que consiste em reduzir o Estado a um determinado número de funções, como por exemplo ao desenvolvimento das forças produtivas, à reprodução das relações de produção, concepção do Estado que o torna absolutamente essencial como alvo de ataque e como posição privilegiada a ser ocupada. Mas o Estado – hoje provavelmente mais do que no decurso de sua história – não teve esta unidade, esta individualidade, esta funcionalidade rigorosa e direi até esta importância. Afinal de contas, o Estado não é mais do que uma realidade compósita e uma abstração mistificada, cuja importância é muito menor do que se acredita. O que é importante para

nossa modernidade, para nossa atualidade, não é tanto a estatização da sociedade mas o que chamaria de governalização do Estado (FOUCAULT, 1979, p.292).

O filósofo francês nos convida a pensar as estratégias de governamentalidade como forças que circulam não apenas pelo Estado, mas que estão por toda parte, circulam por todos os meios e por todos os indivíduos, servindo a diversas estratégias de poder.⁴

Ao estudar a arte de governar entre os gregos antigos, Foucault (2004) conseguiu ampliar a noção de governamentalidade para além dos cálculos de poder. Para os gregos antigos o cidadão só estava apto a governar a pólis, ou seja, a governar os outros, se possuísse a capacidade de governar a si mesmo através de um longo processo de análise ética de suas condutas. O cidadão deveria exercer um governo de suas vontades que envolvia um cuidado de si, entendido como cultivo do espírito e do exercício ético. Portanto, podemos pensar a arte de governamentalidade como um ingrediente dos cálculos do poder; mas também, inspirados pela experiência dos gregos antigos, como exercício ético de se perguntar sobre nossa forma de estar no mundo. Pensar o que estamos produzindo; pensar o que estamos ajudando a funcionar. Um governo de si que envolve, necessariamente, o pensamento sobre o mundo e não um intimismo ou individualismo.

Com estas considerações sobre as artes de governar, Foucault rompe com o pensamento político ocidental que centra suas análises no Estado, vendo-o como o inimigo a ser contido, como na vertente liberal, ou como um espaço tático a ser ocupado, como em certas vertentes marxistas. O centro da análise passa a ser a nossa responsabilidade ética: O que estamos produzindo? Como estamos nos movendo no mundo?

O conceito de governamentalidade nos remete muito mais a uma análise sobre as relações, seja com o outro, seja consigo, seja com o mundo, do que aos espaços

⁴ Penso que a crítica efetuada por Foucault à centralidade que o Estado possui no pensamento político clássico consistia numa ferramenta para fazer passar outras questões para nossa órbita de análise. Isso não significa dizer que compor com o pensamento de Foucault é negligenciar processos que ocorrem na esfera estatal. Prefiro pensar junto com Aguiar (1997), para quem Foucault “[...] Recoloca as questões do poder, deslocando-o de sua forma meramente repressiva, para ampliá-lo na constituição de redes microfísicas que fortalecem o Estado” (Aguiar: 1997; p. 96).

institucionais de Estado. Analisar relações é pensar a ética, no sentido de problematizar, como quis Foucault (2004), o que tais relações produzem. Tal questão ética nos remete à noção do 'comum' dos filósofos marxistas Michael Hardt e Antonio Negri (2008).

Na perspectiva destes dois pensadores, a construção do 'comum', tão ameaçada pelas tendências fascistas do mundo contemporâneo, é forjada na diferença. Contrariando a clássica noção de comunidade do pensamento clássico moderno, que enfatiza a comunidade entre iguais, os laços de pertencimento comuns e a idéia de harmonia e paraíso, Hardt e Negri (2008) elaboram a imagem de um agrupamento composto por forças e intensidades díspares e que, por isso, produziriam o 'comum'. Portanto o 'comum' não é um idílio primitivo como a comunidade, que nos restaria resgatar. O 'comum' é a produção que se realiza na diferença. Diferença entendida não como mera diversidade de indivíduos ou de identidades, mas como força de produção de novos modos de existência. Se a noção tradicional de comunidade pressupõe a idéia de resgate de um paraíso perdido, à volta a um passado igualitário e perfeito, a noção de 'comum' pressupõe a idéia de uma produção, a construção de um arranjo coletivo, singular e provisório. Os arranjos de 'comum' logo se desmancham; requerem constantemente mais produção de 'comum'.

Hardt e Negri (2008), para elaborarem sua noção de 'comum', também rompem com as formas clássicas de pensar alguns conceitos. Um deles é o de multidão. Multidão não seria uma massa compacta, a soma das individualidades de seus membros. Multidão, para esses filósofos, seria a composição produzida por singularidades cooperantes. Não podemos confundir singularidades com individualidades ou intimismo. Singularidades não pressupõem indivíduos ou sujeitos, e sim intensidades que escapam aos modos de vida e das subjetividades do capitalismo. Capitalismo entendido não apenas como modo de produção de mercadorias, mas também como um modo de vida, um modo de estar no mundo funcional às necessidades de reprodução do capital.

Estas singularidades estariam em relação para a produção da diferença, que não seria a simples soma das partes do todo, mas algo novo e potente no sentido de problematizar e provocar rachaduras nos modos de vida instituídos. Fortemente

influenciado por Foucault e Deleuze, Negri (2005) trabalha com conceito de biopoder: os exercícios de poder do capitalismo contemporâneo tomaram a vida como alvo; a vida biológica, que é alvo dos cálculos dos saberes, instituições de poder e pela indústria biogenética; e a vida existência, alvo dos aparelhos de subjetivação, como a mídia, que ofertam modos de vida controláveis e inofensivos à lógica do capital.

Outro expoente do marxismo que compõe com o conceito de biopoder é o italiano Maurizio Lazzarato (2008). Esse pensador procura articular as noções de minoria e política do desejo como forma de analisar as formas de resistência ao capitalismo contemporâneo, deslocando suas análises do campo do mundo do trabalho – foco privilegiado do marxismo ortodoxo – para o campo dos modos de vida.

O conceito de biopoder nos incita a pôr a questão: se a vida, em seus mais pormenores aspectos, é o novo alvo do poder, o que seria público e o que seria privado na atualidade? É possível conceber uma dimensão privada, uma esfera íntima da vida dos indivíduos após a noção de biopoder? E se a noção de privado não faz mais sentido, podemos continuar pensando em uma esfera pública da vida? As noções de privado e de público não seriam complementares, apesar da aparente distinção? Problematizar a noção de privado não pressupõe pôr em análise também a noção de público⁵? Daí a insistência de Negri no conceito de ‘comum’, que não seria um lugar, como o Estado, ou uma dimensão da vida que pressuporia uma antítese, como a noção de público.

“A propriedade comum não passa simplesmente pelo Estado, passa pelo exercício que as singularidades fazem deste espaço comum, pela maneira de exercer esse espaço comum” (NEGRI, 2005, p.4). Nesse sentido, o ‘comum’ é uma relação como escrevemos antes, mas também um exercício, um gesto: a “[...] capacidade de assumir com as próprias mãos as condições biopolíticas da própria existência[...]” (NEGRI, 2005, p.4).

⁵ Apesar deste desdobramento do pensamento de Negri e Hardt (2005), neste trabalho será utilizado o verbete público e não o de comum. Não se trata de abandonar ou não uma palavra mas, em se tratando de um conceito, ter clareza do que pretendemos afirmar. Quando afirmamos “público”, nos referimos ao exercício ético de apropriação coletiva de nossas condições de existência.

Ao se referir aos governos de esquerda no mundo e suas relações com os movimentos sociais, Negri afirma:

Assim, encontramos ali de onde as forças de esquerda tomaram as estruturas, a idéia de considerar as estruturas de governo como espaço aberto do qual se devem abrir continuamente pressões com o objetivo de transformar o governo em governança, mas não uma governança concebida como uma forma de administração atenta às diversidades e capaz de resolver ponto por ponto e de maneira paternalista ou funcional os problemas e sim como contradições abertas e que tem de continuar abertas (NEGRI, 2005, p.5).

Como sublinhado anteriormente, Hardt e Negri (2008) não pensam o comum como harmonia que deve ser restabelecida de uma vez por todas. O 'comum' são arranjos provisórios; deve-se exercitar continuamente, o que pressupõe tensão, desequilíbrio e desassossego.

A partir desta problematização da noção de política pública, fica evidente que mais do que a construção de equipamentos sociais como escolas, postos de saúde, centros de referência para minorias raciais, sexuais e de gênero e mais do que a oferta de serviços por funcionários públicos capacitados e bem pagos – questões obviamente importantes – pensar política pública implica conceber, sobretudo, como estamos nos apropriando desses espaços, que tipo de relações estamos produzindo, como estamos nos constituindo pelas forças que se movimentam nesses espaços e em seus tempos.

Até porque, nós brasileiros possuímos uma longa experiência de ações e serviços concebidos pelo Estado, mas que estão longe de ser percebidos pela ampla maioria da população como efetivamente públicos. Seja porque, em grande parte de nossa história, a maioria da população esteve alijada dos serviços de Estado, que eram políticas privadas para o benefício de alguns grupos; seja pelo fato de que hoje, quando as ações e serviços de Estado se ampliam, mesmo num ritmo que merece críticas, nada garante que esteja em movimento uma política pública só por que há escolas e unidades de saúde construídas e ações afirmativas e serviços específicos para minorias.

As ações são concebidas por quem? Há o lugar cristalizado de quem pensa, de quem executa e de quem é usuário? Já que a responsabilidade pelo serviço é do prefeito, por que o servidor público construirá um investimento ético e político com

determinada política pública? Se formos apenas usuários, para que pensar novas práticas, se estas são de responsabilidade dos agentes do Estado?

Lá, onde há um esforço coletivo e individual de pôr em análise as práticas; lá, onde há um investimento em produzir sempre novos arranjos que dêem conta dos novos problemas que emergem, existe uma política pública em movimento. Como perceberemos no quarto eixo, mesmo quando o Estado deu às costas não só para a questão das minorias, mas para os direitos considerados clássicos - como educação e saúde para a maioria da população - podemos afirmar que houve uma política pública em movimento. Os desejos e os investimentos éticos de uma geração podem não ter construído paredes de escolas e hospitais em sua época, mas desestabilizaram os valores de seu tempo e continuaram a produzir questões nas gerações e épocas seguintes. Continuam a produzir.

Irônico que num trabalho que se propõe a pensar minorias, no primeiro capítulo o verbete maioria esteja tão presente. Como a proposta é pensar minorias juntos com a filosofia da diferença, não há contradição conceitual, como veremos no próximo eixo em que visitaremos a imagem de uma “minorias - criação”. Assim como conceber política pública mais como um investimento ético do que a construção de equipamentos sociais, como processo em aberto, pois, se já vem “pronto”, não é público e sim estatal. Quando pensamos minorias, não podemos estar nos referindo à quantidade e sim a processos de criação. Vamos ao segundo eixo.

3 MINORIA - CRIAÇÃO E POLÍTICA DE SUBJETIVAÇÃO: ENTRE FORMAS E INTENSIDADES

Ao problematizar a noção de política pública através do conceito de construção do 'comum', este movimento de pesquisa se aproxima das temáticas do exercício ético e da estética da existência, tão caros aos pensadores da filosofia da diferença como Foucault, Deleuze e Guattari. E é do campo da filosofia da diferença que lanço mão do conceito de subjetividade, conceito fundamental para iniciarmos um percurso sobre o segundo eixo desta pesquisa: pensar minoria, enquanto processo de criação – um processo de “minorar” – e a idéia de uma política de subjetivação (ROLNIK, 1989).

Contrariando às tradições psicológicas e sociológicas que definem subjetividade como dimensão intimista da vida ou como mero reflexo das condições sócio-econômicas da existência, a subjetividade é entendida pela filosofia da diferença como modo de vida, como forma de estabelecer contato com o mundo. Subjetividade é criação de mundo, que pode ser uma criação nefasta e aprisionadora do próprio movimento de invenção que lhe deu origem, ou afirmação de nossa força estética de se afetar pelo mundo.

André do Eirado (1997), a partir da obra de Bérson, num artigo em que pensa a noção de subjetividade, nos ajuda a definir as implicações teóricas e éticas que emergem com a utilização desse conceito. Eirado nos alerta que a subjetividade possui poros, e que está sendo atravessada o tempo todo por forças, intensidades, afetos e desejos que problematizam nossa forma de estar no mundo, que provocam rachaduras em nosso atual modo de vida.

A subjetividade se origina de uma dimensão da realidade que não possui forma, sentido ou visibilidade. Esta dimensão seria pura intensidade, pura força, puro afeto. Seria o que os pensadores inspirados pelo pensamento bergsoniano chamariam de virtual: dimensão da realidade de puro fluxo de forças e intensidades. Os territórios existenciais instituídos, com forma e visibilidade, seriam a atualização do virtual. Portanto, a subjetividade seria dar forma e sentido às forças e intensidades da dimensão virtual do real. Paradoxalmente, a subjetividade, apesar de se alimentar do virtual, seria uma forma de contenção do fluxo incessante desse mesmo virtual:

A subjetividade procede do Virtual, isto é, se cria no movimento que o leva a se atualizar. Mas é a subjetividade que nos impede de encontrar o Virtual, pois, uma vez realizada, ela acaba se constituindo como uma resistência ao movimento que a criou. No Essai, Bergson indica um fato que, em nossa opinião, é essencial: o homem, ser livre, detesta querer (EIRADO:1997; p.214).

Rolnik (1997a; 1997b) nos ajuda a pensar estas duas dimensões do real na constituição da subjetividade, ao utilizar as noções de ‘fora’ e ‘dentro’ como forma de se remeter aos conceitos de molar e molecular da obra de Deleuze e Guattari (1996). A dimensão molar/dentro do real seria o plano do visível, das formas. É o plano da subjetividade, dos modos de vida atuais; das forças e intensidades que ganharam uma forma, um sentido, um desenho. Na sociedade capitalista, as formas molares ganharam uma configuração binária: seríamos brancos ou negros; os de cima ou os de baixo; homem ou mulher; homo ou heterossexual; adulto ou criança etc. (DELEUZE; GUATTARI, 1996).

Além deste plano molar do real existiria o plano molecular/fora das forças e intensidades. Seria a dimensão invisível do real, que não só possibilita a existência das formas molares, mas também as atravessa e as desloca o tempo todo, incitando-as a devir.

“[...] dentro e fora não são meros espaços, separados por uma pele compacta que delinea um perfil de uma vez por todas. Percebemos que eles são indissociáveis e, paradoxalmente, inconciliáveis: o dentro detém o fora e o fora desmancha o dentro” (ROLNIK; 1997a; p.15).

Pensar a subjetividade, enquanto jogo entre o dentro/molar e o fora/molecular é se perguntar qual política de subjetivação estamos disparando: uma política de subjetivação paranóica, que tenta afastar – inutilmente - os desassossegos das forças do fora/molecular, entendidas como ameaça a atual configuração subjetiva? Ou uma política de subjetivação que se deixa afetar pelas turbulências do fora/molecular, uma política de subjetivação que não se agarra, desesperadamente, a nossas atuais configurações subjetivas e nem encara a desestabilização de nosso modo de vida como ameaça de destruição, mas como convite à invenção de outros modos de vida, de subjetividades outras.

Neste ponto de nosso roteiro conceitual, chegamos à categoria teórica e política de identidade, tão importante para vastos movimentos de minorias na luta por seus direitos. Seguindo a trilha dos estudos de Rolnik (1989; 1999a; 1997b), podemos entender identidade como uma política de subjetivação que se fixa em determinadas configurações subjetivas como se fossem a essência ou a verdade dos sujeitos e dos grupos sociais. Se do ponto de vista da obtenção de direitos a produção de identidades tem se mostrado eficaz e satisfatória, do ponto de vista da subjetividade, o discurso identitário diminui a nossa capacidade de inventar outros modos de existência, quando somos sacudidos pelas forças e intensidades moleculares que circulam sem cessar no campo social.

Se o discurso identitário, em sua dimensão molar, pode ser chamado progressista, do ponto de vista molecular produz desejo de se apegar ao instituído; pode produzir desejo de destruição do outro, para que a nossa identidade se afirme. Nesta política identitária, seríamos o que Rolnik define como ‘toxicômanos de identidade’:

Num pólo, as ondas de reivindicação identitária das chamadas minorias sexuais, étnicas, religiosas, nacionais, raciais etc. Ser viciado em identidade nessas condições é considerado politicamente correto, pois se trataria de uma rebelião contra a globalização da identidade. Movimentos coletivos desse tipo são sem dúvida necessários para combater injustiças de que são vítimas tais grupos; mas, no plano da subjetividade, trata-se aqui de um falso problema. O que se coloca para as subjetividades hoje não é a defesa de identidades locais contra identidades globais [...]; é a própria referência identitária que deve ser combatida, não em nome da pulverização [...], mas para dar lugar aos processos de singularização, de criação existencial, movidos pelos ventos dos acontecimentos (ROLNIK, 1997b; p. 23).

Como podemos perceber na citação acima, Rolnik (1997b) relaciona a questão da subjetividade e a política identitária com a atual forma do capitalismo, que se por um lado, provoca turbulências o tempo todo em nossas formas de vida, por outro lado, nos incita a se agarrar paranoicamente a estas mesmas formas de vida como se fossem nossa essência, nossa verdade. Dando seqüência ao pensamento presente na citação acima, escreve Rolnik:

No pólo oposto, está a assim chamada ‘síndrome do pânico’. Ela acontece quando a desestabilização atual é levada a tal ponto de exacerbação que se ultrapassa um limiar de suportabilidade. Essa experiência traz a ameaça imaginária de descontrole das forças, que parecem prestes a precipitar-se em qualquer direção, produzindo caos psíquico, moral, social, antes de tudo, orgânico [...] (ROLNIK, 1997b; p. 23).

Depois desta incursão por alguns conceitos que procuram analisar a subjetividade no contemporâneo, podemos pensar a idéia de uma minoria. Tradicionalmente, as Ciências Sociais e as militâncias políticas definem minorias como grupos sujeitados por tramas de poder; minorias seriam vítimas sociológicas dominadas por um outro grupo social: ‘a elite’; ‘os dominadores’; ‘o capital’; ‘os homens brancos de sangue europeu’. Deleuze (1996), Guattari/Rolnik(1986) nos oferecem uma outra imagem de minoria para se contrapor à política de subjetivação identitária de muitos movimentos sociais: a imagem de uma minoria-criação.

Para a filosofia da diferença, minoria não seria uma categoria social vitimizada, mas, um movimento de criação de outros modos de vida. Mais do que pensar em minorias, o que nos remete a um estado sociológico de exploração e/ou sujeição, deveríamos pensar em processos de minoração, que nos remete a movimento, a processos, a permitir-se afetar pelo outro, pela vida, pela diferença. Ou seja, pensar minorias é pensar devir:

[...] a idéia de ‘devir’ está ligada à possibilidade ou não de um processo se singularizar. Singularidades femininas, poéticas, homossexuais, negras, etc., podem entrar em ruptura com as estratificações dominantes. Para mim, esta é a mola-mestra da problemática das minorias; é uma problemática da multiplicidade e da pluralidade, e não uma questão de identidade cultural, de retorno ao idêntico, de retorno ao arcaico (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p.74)

Diferentemente do discurso identitário, que constrói uma imagem de minoria-categoria social, a imagem de minoria-criação aponta para o fato de que as questões ligadas à homossexualidade – ou ao negro, ou a mulher etc. – não dizem respeito apenas aos homossexuais, mas à sociedade inteira, pois nos informam da criação de outras possibilidades de experiência sexual e afetiva, outros modos de existência:

A reivindicação de grupos de minorias não é só de reconhecimento de sua identidade. A diferença dos atuais grupos homossexuais, por exemplo, aos da belle époque é que sua questão não é setorial. Eles trabalham para que seu processo, seu devir homossexual se introduza no conjunto da sociedade pois, de fato, todas as relações são tratadas pelo devir homossexual (GUATTARI; ROLNIK, 1986; p. 73).

Para dar mais consistência ao que aqui é denominado de minoria-criação, ouçamos a voz de Deleuze quando diz:

As minorias e as maiorias não se distinguem pelo número. Uma minoria pode ser mais numerosa que uma maioria. O que define uma maioria é um modelo ao qual é preciso estar conforme: por exemplo o europeu médio adulto macho habitante das cidades... Ao passo que uma minoria não é modelo, é um devir, um processo. Pode-se dizer que uma minoria não é ninguém. Todo mundo, sob um ou outro aspecto está tomado por um devir minoritário que o arrastaria por caminhos desconhecidos caso consentisse em segui-lo (DELEUZE, 1996, p. 214).

Como desdobramento deste pensamento de Deleuze (1996), podemos concluir que a existência de um movimento social LGBT ou de uma política de defesa de seus direitos em si não significa que a produção da diferença, que a criação de outros valores ou de outros modos de vida mais belos que as formas de vida do capitalismo estejam garantidos. Até porque, pode existir um modelo de “vida gay”, que apesar de aparentemente ser distinto da experiência heterossexual, comunga dos mesmos valores, dos modos de vida instituídos, como a política identitária. Se existe uma norma heterossexual, pode existir uma norma homossexual. Como toda norma, a norma homossexual engessa a vida; produz desejo de combater o outro, já que o outro pode expressar outras forças e intensidades que embaralham o meu modo de vida.

3.1 POLITICA PÚBLICA E DE SUBJETIVAÇÃO: O PARADOXO QUE NOS HABITA.

Este movimento de pesquisa pretende pensar minorias sexuais e de gênero na perspectiva da política pública – leia-se processo de construção do ‘comum’ – e política de subjetivação – leia-se produção de interferências nos modos de existência -, e à medida em que a pesquisa e a escrita avançam, uma questão de fundo fica cada vez mais evidente: o exercício ético ocupa um lugar cada vez mais privilegiado para se pensar questões coletivas e políticas.

Além desta dimensão ética, outra implicação de se pensar minorias sexuais e de gênero, a partir da dimensão da construção do ‘comum’ e da dimensão molecular da produção de subjetividade, é encarar uma política pública como processo em aberto, permeado por processos e gestos de alteridade e abertura à invenção. E ao mesmo tempo, como um campo permeado pelo desejo de negação do outro, pela não disponibilidade para a escuta e reprodução de valores sociais hegemônicos.

Se no primeiro eixo deste trabalho, dedicado a problematizar a noção de política pública, afirmei a dimensão do esforço ético para a construção de novas práticas que marca uma política pública; nesse segundo eixo, em que abordo conceitos que procuram dar conta das configurações subjetivas contemporâneas e que sustentam a imagem de uma minoria-criação; estabeleço contato com outra dimensão de uma política pública: os seus impasses. Impasses e paradoxos que nos informam não só de uma interdição, mas também de uma ampliação de possibilidades, algo constitutivo de qualquer política pública.

Se precisamos estar abertos às forças e intensidades da dimensão molecular do real, não podemos esquecer que as forças moleculares podem ganhar formas nefastas de negação e destruição do outro, que, numa linguagem deleuziana, poderíamos chamar de 'microfascismos: "É muito fácil ser antifascista no nível molar, sem ver o fascista que nós mesmo somos, que entretemos e nutrimos, que estimamos com moléculas pessoais e coletivas." (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p.93).

Portanto, se não estamos pensando o 'público' numa dimensão espacial – público não seriam os serviços sociais financiados pelo Estado – mas, enquanto movimento de construção de um domínio sobre nossas condições de existência, temos que nos atentar o tempo todo para o caráter paradoxal deste processo. Paradoxal, pois podemos construir arranjos coletivos potentes e belos; e podemos construir práticas eticamente nefastas, às vezes, simultaneamente. Não há bem versus mal nesta história; nem grupelhos progressistas versus fascistas. Todos nós, indivíduos, movimentos sociais, gestores, produzimos a ampliação e a interdição da vida, desencanto e criação. Apesar de alguns indivíduos e grupos estarem mais propensos à criação, ou mais propensos à negação da criação do que outros, devido a sua disponibilidade ou não à abertura às inquietações do plano molecular. Mas, ninguém é o titular da diferença. O importante é colocar nossas práticas em análise permanentemente.

O percurso temporal de uma política pública, como o 'Vitória Sem Homofobia' que tenho a oportunidade de acompanhar, pode possuir momentos de intensa abertura criativa, seguidos de momentos de endurecimento e impermeabilidade à produção de diferença. Mas nenhum momento é definitivo, não há 'céus' ou "infernos" para

sempre. Trata-se de um processo em aberto. As forças e intensidades que não puderam se expressar em um momento, podem encontrar condições favoráveis à expressão em outro momento. Não há motivo para pessimismo ou euforia em relação a uma política pública. O exercício ético é um instrumento mais pertinente do que a impotência pessimista ou a ingenuidade romântica. A questão não é constatar se uma política pública é “boa” ou “má”. A questão é: o que pode uma política pública?

Esta dimensão paradoxal de nossos modos de vida e que uma política pública também assume nos remete novamente aos conceitos de molar e molecular de Deleuze e Guattari (1996). Devemos pensá-las como distintas dimensões do real, mas, inseparáveis. Nada é pura molaridade ou pura molecularidade. Essas duas dimensões nos atravessam o tempo todo. Não podemos também cair no falso binarismo de pensar um mal-molar e um bem-molecular. O plano molar, das formas, da subjetividade é fundamental para se mover no mundo. A questão é: qual forma de existência? O que nossas formas molares produzem? Por outro lado, as forças e intensidades do plano molecular podem ser substrato de práticas sociais perversas. Todo fascismo pressupõe uma molecularidade. Portanto, se lançar ao fluxo molecular, estar aberto a suas turbulências é importante, mas não garante práticas de afirmação da vida, se não forem acompanhadas de uma análise ética de nossas criações. O que estamos produzindo com uma determinada política pública? Uma política de defesa dos direitos de minorias sexuais como o “Vitória Sem Homofobia” produz o quê? O que pretendemos produzir?

Neste ponto de nossa caminhada conceitual seria bom dar uma pausa no pensamento da filosofia da diferença e visitar um movimento teórico/político de diversidade sexual e de gênero chamado Teoria *queer*. Os teóricos e teóricas *queer* se alimentam dos pensadores da filosofia da diferença, mas produzem bifurcação, por se distinguirem em relação a algumas questões, como a da identidade; e por inventarem novas questões, não pensadas por Foucault; Deleuze; Guattari ou Rolnik. Os teóricos e teóricas *queer* fundam sua prática de pensamento e de militância política na análise do dispositivo da sexualidade. O que nos autoriza a dizer que a Teoria *queer* é uma analítica da normalização (MISKOLCI, 2009).

4 A TEORIA QUEER

Os estudos e conceitos que analisam os processos de normalização contemporâneos e que receberam o nome de Teoria *queer* emergiram nos anos 1990 nos EUA, fruto da intercessão de grupos de militância feminista, lésbica e gay - críticos ao processo de assimilação das minorias sexuais aos valores e instituições da sociedade ocidental – com as intervenções acadêmicas de pesquisadores do campo dos estudos culturais e literários norte-americanos.

No mundo anglo-saxão, *queer* significa estranho, abjeto, e era utilizado pelo discurso preconceituoso para se referir pejorativamente aos indivíduos e aos grupos sociais com práticas não-heterossexuais. Alguns grupos de minorias sexuais e de gênero se apropriaram da noção *queer* na tentativa de afirmar o caráter desestabilizador de seus modos de vida e negar o processo de normalização de suas vivências sexuais e afetivas. A idéia é afirmar, positivamente, o caráter estranho, abjeto e ininteligível dos modos de vida e de práticas sexuais e de gênero minoritários. O alvo do discurso *queer* não é apenas o heterossexismo compulsório de nossas sociedades, mas também o processo de normalização do movimento social e o modo de vida das minorias sexuais.

O sociólogo Richard Miskolci (2009) define muito bem o alvo político e teórico dos ativistas e pensadores *queer*. Da segunda metade do século XIX até a Segunda Guerra, as sociedades ocidentais vivenciaram aquilo que poderíamos chamar de heterossexismo compulsório. Nesse período, discursos e instituições sociais prescreviam a heterossexualidade para todos os indivíduos, patologizando e/ou criminalizando – conforme a legislação de cada país - os laços homoafetivos.

Após a Segunda Guerra, nos anos 1950, o dispositivo da sexualidade aperfeiçoa seus exercícios de poder. Com a despatologização e descriminalização progressiva dos laços homoeróticos, o heterossexismo compulsório se transfigurou em heteronormatividade: os laços afetivos e eróticos entre pessoas do mesmo sexo são cada vez mais tolerados social e juridicamente; desde que todos, heteros e homossexuais, possuam um modo de vida heterossexualizado. O acesso das minorias sexuais aos direitos civis possui como contrapartida a aderência de suas economias afetivas e eróticas ao modo de vida heterossexual: hierarquização das

posições sexuais (ativos e passivos), amor romântico, matrimônio, família, contratos, mercados gays etc. Portanto, as práticas *queer* pretendem desconstruir a heteronormatividade através de uma aposta radical na experimentação de novos modos de vida, novas formas de prazer, novas formas de gênero e de intervenção política.

Fortemente influenciada pela analítica do poder e do dispositivo da sexualidade operados pela obra de Foucault, a teoria *queer* coloca em análise a obsessão identitária do movimento feminista e gay. Os autores e autoras da teoria *queer* problematizam a necessidade de o movimento feminista e gay produzirem um sujeito político identitariamente coeso, para que a luta contra o preconceito sexual e de gênero se efetive.

É interessante apontar para a intercessão entre feminismo e movimento gay na teoria *queer*, pois a categoria de gênero, tão importante para a luta pelos direitos das mulheres, comparece nas obras da teoria *queer*. Porém, diferentemente dos usos que o próprio movimento feminista fez desta categoria e que Rolnik (2007) muito bem criticou ao proclamar “uma guerra aos gêneros”, as teóricas e teóricos *queer*, como Butler (2008), Preciado (2008) e Louro (2004) entendem gênero como práticas de produção de nossos corpos, nossos desejos e modos de vida. Embora o discurso heteronormativo de gênero tente o tempo todo passar a idéia de uma imutabilidade, de uma quase essência de gênero:

O gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural do ser. A genealogia política das ontologias de gênero, em sendo bem sucedida, desconstruiria a aparência substantiva do gênero, desmembrando-a em seus atos constitutivos, e explicaria e localizaria esses atos no interior das estruturas compulsórias criadas pelas várias forças que policiam a aparência social de gênero (BUTLER, 2008, p. 59).

Não podemos nos esquecer, que se por um lado a teoria *queer* aponta o gênero como exercício de poder sobre os corpos, a mesma teoria aponta que há a possibilidade de deslocamentos de gêneros, ou seja, resistir à normalização dos corpos de “dentro” do discurso de gênero, produzindo outros corpos e não apenas o masculino e o feminino da heteronormatividade.

Por isso que a teoria *queer* aponta não para um binarismo de gênero, como no discurso da heteronormatividade, mas para uma proliferação e dispersão de gêneros. Portanto, para as teóricas *queer*, as problemáticas das minorias sexuais são antes de tudo questões de gênero:

- Que usos fazemos de nossos corpos e prazeres?
- Que efeitos de poder e resistência as prática de gênero produzem?
- Quais universos existenciais estamos inventando ou reproduzindo?

Butler (2008) radicaliza a centralidade do conceito de gênero, para se entender as diferenças sexuais, contrapondo-se à clássica leitura sociológica de definir sexo = natureza e gênero = cultura:

Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio “sexo” seja tão culturalmente construído quanto o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se nenhuma. Se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo. [...] Resulta daí que o gênero não está para cultura como o sexo está para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pela qual ‘a natureza sexuada’ ou ‘um sexo natural’ é produzido e estabelecido como ‘pré-discursivo’, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura (BUTLER, 2008, p. 25).

Portanto, o binarismo sexual homem-mulher seria uma das várias possibilidades de prática de gênero. Sexo seria uma performance de gênero, dentre várias possíveis. As teóricas *queer* lançam mão do conceito de performatividade, para desconstruírem a noção naturalizada de gênero ou de identidade sexual. Performatividade seria o “[...] poder reiterativo do discurso, para produzir os fenômenos que ele regula e constrange” (BUTLER, 2001, p. 155). Ou seja, os discursos heteronormativos – e para a Teoria *queer*, todos os saberes institucionalizados no Ocidente são heteronormativos: psicologia, psicanálise, saberes médicos, ciências sociais etc. - agem como se apenas analisassem “dados” anteriores aos discursos, como a identidade sexual dos sujeitos. Mas, na verdade, os discursos heteronormativos criam estes “dados”; os discursos produzem sujeitos com identidades heterossexuais através de uma constante reiteração, que começa desde o nascimento dos indivíduos e os acompanha, ininterruptamente, em suas trajetórias de vida.

Ao contrário de certos discursos psicológicos que defendem a existência de uma seqüência de fases para o desenvolvimento sexual e uma vez terminada tal seqüência, o indivíduo teria uma identidade sexual consolidada ou estaria no plano do desvio, a teoria *queer* defende que a ação do discurso heteronormativo é ininterrupto sobre os indivíduos, desde seu nascimento até o fim de suas vidas, o que demonstra o quanto de artifício há na construção de uma identidade sexual. E o quanto esta construção é frágil, já que precisa de constantes reiteraões discursivas no tempo e no espaço (na família, na escola, no trabalho, no lazer, no divã etc.).

Nesta perspectiva, pensar apenas em práticas de gênero masculino e feminino seria uma performance do discurso da sexualidade. Um corpo sexualizado é uma, dentre várias performances de gênero que podem existir. Porém, os novos modos de vida contemporâneos estão o tempo todo problematizando os limites do discurso heteronormativo. E aqui chegamos à primeira divergência das teóricas *queer* com o pensamento de Foucault. Preciado (2008), apesar de afirmar a importância da obra do autor da História da Sexualidade, obra que possibilitou as condições de emergência da teoria *queer*, aponta para o que ela considera limite teórico e metodológico do filósofo francês. Para a referida teórica *queer*, a história do dispositivo da sexualidade teria outros contornos, se Foucault atentasse para as novas tecnologias de poder do século XX e para os deslocamentos de gênero que foram gestados pelas minorias sexuais desde o início do século XX e que se intensificaram no momento em que Foucault escrevia olhando apenas para os gregos antigos ou para o período clássico europeu (séc. XVII ao XIX):

Em realidade, a análise foucaultiana da sexualidade depende em demasia de certa idéia da disciplina do século XIX. Apesar de conhecer os movimentos feministas americanos, a subcultura S/M ou o FHAR na França, nada disso o levou realmente a analisar a proliferação das tecnologias do corpo sexual no século XX: medicalização e tratamento das crianças intersexuais, gestão cirúrgica da transexualidade, reconstrução e 'aumento' da masculinidade e da feminilidade normativas, regulação do trabalho sexual pelo Estado, boom das indústrias pornográficas... Sua rejeição da identidade e da militância gay o levará a se inventar uma retroficção à sombra da Grécia Antiga (PRECIADO, 2008, p. 05).

Como podemos perceber, o conceito de gênero, reelaborado e “limpo” de noções essencialistas e naturalizantes é fundamental, do ponto de vista *queer*, para se analisar tanto o poder normalizador – produtor voraz de corpos masculinos ou femininos, corpos coerentes e inteligíveis, daí a intervenção médica no corpo

intersexual ou no corpo transexual, que devem ser ou masculinos ou femininos, não havendo lugar para ambigüidades – quanto para a produção de resistência de minorias sexuais, que procuram elaborar performances de gênero em seus corpos que são ininteligíveis para norma heterossexual; são performances do estranho, do abjeto, portanto, *queer*.

Para Preciado (2008), o século XX viveu uma proliferação de anormais que ela denomina de potência que os saberes sexuais tentaram normalizar. Para a heteronormatividade, é inadmissível um corpo com genitália feminina, com performance de gênero masculina e com desejo por homens: este indivíduo é hetero ou homossexual? Masculino ou feminino? Lésbico ou gay? A linha de coerência entre sexo/gênero/desejo é rompida. Numa linguagem *queer*, deslocada.

Uma questão fundamental para se entender a teoria *queer* é que se trata de uma teoria pós-identitária, mas, em hipótese nenhuma, anti-identitária. É uma teoria pós-identitária pois problematiza o discurso identitário e aponta o desejo de normalização implícito na categoria de identidade e de gênero. Mas não é anti-identitária, pois defende que as minorias podem produzir deslocamentos – leia-se resistência – através de outras estratégias identitárias e de gênero.

Neste sentido, Butler (2008) se baseia na analítica de poder presente na obra de Foucault para defender a idéia de que poder e sexualidade não são pólos opostos como romantizam certos discursos que defendem a “verdadeira sexualidade”, anterior ou para além da suposta ação repressiva do poder sobre a sexualidade.

Se para Foucault (1988), poderes, saberes e instituições produziram a sexualidade e nos incitaram a expressá-la; para Butler (2008), produzir a resistência não pressupõe romper com as categorias do discurso da sexualidade, mas, de dentro do dispositivo da sexualidade produzir deslocamento. É possível utilizar as mesmas categorias do discurso normalizador, como a identidade, mas deslocando-as, produzindo outros sentidos.

Butler (2008) tece severas críticas a Foucault por, em seus últimos escritos e entrevistas, não ser coerente, na sua concepção, com a noção de poder presente no volume I de sua História da Sexualidade. Butler foca sua análise no texto produzido

por Foucault para analisar o diário da hermafrodita – hoje diríamos intersexual - Herculine. Segundo Butler, este escrito de Foucault reabilita a imagem que sua História da Sexualidade tentou desconstruir: a de uma “verdadeira” sexualidade anterior às marcas do poder; poder entendido como repressor de nossa suposta essência sexual primária. Foucault analisa a experiência erótica de Herculine “[...] como limbo feliz de uma não identidade [...]” (FOUCAULT apud BUTLER, 2008, p. 154). Butler não consegue conceber as práticas de resistência ao poder ‘fora’ das categorias deste mesmo poder. Para a teórica *queer*, que também analisou os diários de Herculine, Foucault não percebeu que a intersexual em questão **se submetia e se insurgia** contra o dispositivo da sexualidade. Mesmo tendo uma experiência erótica original, esta experiência não estava imune às categorias do poder, como a de identidade sexual e de gênero. E isso, para Butler, não se constitui problema. Para a teórica *queer*, resistir é deslocar as categorias do poder. A resistência não vem de um “fora”, pois não haveria um “fora” em relação ao poder.

Preciado (2008) também se contrapõe ao discurso anti-identitário que ela não atribui a Foucault, mas a certas leituras apressadas sobre o filósofo francês:

O fato de que haja tecnologias precisas de produção de corpos ‘normais’ ou de normalização de gênero não acarreta um determinismo nem uma impossibilidade de ação política. Pelo contrário. Dado que a multidão *queer* traz consigo mesma, como fracasso ou resíduo, a história das tecnologias de normalização dos corpos, ela tem também a possibilidade de intervir nos dispositivos biotecnológicos de produção de subjetividade sexual. Isto é concebível à condição de se evitar duas armadilhas conceituais e políticas, duas leituras (equivocadas mas possíveis) de Foucault. Deve-se evitar a segregação do espaço político que converteria as multidões *queer* numa espécie de margem ou reserva de transgressão. Não se deveria cair na armadilha liberal ou neo-conservadora que levaria a conceber as multidões *queer* como algo oposto às estratégias identitárias (PRECIADO, 2008, p. 06).

Preciado (2008) defende o que chama de ‘identificações estratégicas’, que produziram a desconstrução do próprio postulado essencialista do discurso identitário.

Se alguns foucaultianos se incomodam com a proliferação identitária no movimento de minorias sexuais, que produz incessantemente novas letrinhas, que correspondem a novas identidades – GLS; GLBT; LGBT; LGBTT; LGBTI⁶ etc. – as

⁶ GLS: Gays, lésbicas e simpatizantes; GLBT: gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros (transexuais e travestis); LGBTT: lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis; LGBTI: lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e

teóricas *queer* apostam na força desta proliferação identitária, que, ao contrário, do discurso identitário do poder, mostra explicitamente o seu caráter de artifício, performático, construído, não natural, assumindo ares de paródia: até onde vai a mudança de sigla, o acréscimo de letras, a troca da ordem de letras? Ou seja, para a teoria *queer*, a força do atual movimento de minorias sexuais é expor a estrutura de construção de toda e qualquer identidade, entendendo a resistência como estratégia de deslocamento do poder.

Este passeio pelas teóricas *queer* como terceiro eixo do trabalho se justifica por várias questões. Pelo fato de a teoria/movimento *queer* se constituir num campo de forças importante no movimento social de minorias sexuais não só nos EUA e Europa, mas também no Brasil. E pelo fato desta teoria se inspirar e, ao mesmo tempo, problematizar o discurso foucaultiano, uma das referências desta pesquisa. As querelas das teóricas *queer* com o pensamento de Foucault compõem neste trabalho para apontar as principais questões que circulam no debate sobre minorias e subjetividade.

Todavia, este movimento de pesquisa considera que o pensamento de Foucault, mesmo quando elabora um texto como a análise sobre a experiência erótica de Herculine, em que se preocupa menos com os exercícios de poder e mais com a estética da existência, não é incompatível com a noção de gênero, enquanto performance e a noção de identificações estratégicas da teoria *queer*. Isso não é incompatível sequer com a temática do poder presente no primeiro volume de sua *História da Sexualidade*.

Na minha concepção, as críticas das teóricas *queer* em relação a Foucault, principalmente as de Butler (2008), se originam de um apego a um momento da obra do filósofo francês, que desconsidera o movimento do pensamento de Foucault. Butler chega a escrever que “[...] Os diários de Herculine fornecem uma oportunidade de ler Foucault contra ele mesmo” (2008, p. 144), numa fixação pela imagem de um poder-produção que tudo abarcaria. Este apego a um momento do pensamento de Foucault dá a impressão de que Butler quis ser mais “foucaultiana que Foucault”.

intersexuais (a décadas atrás conhecidos como hermafroditas). Para muitos movimentos de minorias a ordem da letra possui um sentido político: retirar o “s” pois não existem simpatizantes e sim “enrustidos”; o “l” de lésbica na frente para quebrar a supremacia masculina; inserir dois “Ts”, pois a condição de transexual é diferente da travesti; o “i” para transformar o antigo hermafrodita em sujeito político e não em uma categoria clínica etc.

Seria um puxão de orelhas no filósofo francês, para que o seu pensamento voltasse para os trilhos e não se aventurasse por outros caminhos.

Se contrapondo a posturas como a de Butler (2008), Souza Filho (2008) afirma que o pensamento de Foucault não permanecia o mesmo, mas era permeado por inflexões, que a teórica *queer* tende a considerar como incoerência de conjunto. Mesmo na História da Sexualidade, a partir do volume II – O Uso dos Prazeres -, Foucault (1984) produz inflexão, seu pensamento bifurca, quando suspende a análise sobre os exercícios de poder sobre os corpos na produção da sexualidade, como no primeiro volume, e passa a concentrar sua análise no processo de subjetivação: quais os modos pelos quais os indivíduos são levados a se reconhecerem sujeitos sexuais?

A partir do volume II, a História da Sexualidade reforça a atenção sobre as formas de exercício ético, que, segundo Souza Filho (2008), ganharam mais peso nas últimas obras de Foucault. E esta análise sobre o exercício ético não estava prevista no projeto original da História da Sexualidade. Foucault chega a considerar as análises sobre os poderes e saberes na constituição da sexualidade presentes no volume I insuficientes para se entender todas as dimensões do dispositivo da sexualidade. Era necessário fazer uma ‘genealogia do desejo’, pôr a noção de desejo, tão importante para o dispositivo da sexualidade, em análise, elaborar uma analítica do sujeito.

Tais inflexões, que, segundo Souza Filho (2008), permeiam toda a obra de Foucault, provocaram a construção equivocada e fácil da imagem dos vários Foucaults: o Foucault estruturalista; o Foucault analista do poder; o Foucault da constituição do sujeito. Para Souza Filho (2008), devemos pensar Foucault mais como pensamento que se move do que pensamento com momentos estanques. A questão da liberdade e do exercício ético sempre permearam, com outras intensidades, as obras de Foucault. Mesmo àquelas sobre o poder e suas instituições.

Em relação às identidades, apesar de ser um crítico da política de identidades de grupos minoritários, Foucault não estava tão longe de formular a noção de uma “identificação estratégica”. Para o filósofo francês, os discursos de minorias sexuais ou os discursos “emancipatórios” como a teoria psicanalítica de Reich, que postulam

uma romantizada ‘liberação sexual’, a busca de uma essência sexual primária anterior ao poder ou uma “verdadeira identidade sexual”, possuem como referências as categorias do dispositivo da sexualidade que as sujeitam, mas não podem ser considerados iguais aos discursos de poder em seus efeitos:

Acho que movimentos ditos de ‘liberação sexual’ devem ser compreendidos como movimentos de afirmação ‘a partir’ da sexualidade. Isso quer dizer duas coisas: são movimentos que partem da sexualidade, do dispositivo da sexualidade no interior do qual nós estamos presos, que fazem que eles funcionem até seu limite; mas ao mesmo tempo, eles se deslocam em relação a ele, se livram dele e o ultrapassam (FOUCAULT, 1979, p. 233).

O trecho acima nos remete à idéia de resistência enquanto deslocamento discursivo que se opera no interior dos dispositivos de poder, como acentua Butler (2008) e Preciado (2008). Mas, nos remete também ao movimento de “ultrapassar” as categorias do poder, ao “fora” que Butler tende a encarar como ilusão romântica, mas que nós podemos compreender – lembrando da dimensão molecular frisados pela micropolítica de Deleuze e Guattari (1996) e Rolnik (1997 a) – como campo das intensidades e forças que ainda não se atualizaram e que os exercícios de poder em nós reprime.

Deleuze (1993), no artigo “Desejo e Prazer”, enfatiza esta dimensão do poder que a obra de Foucault permite vislumbrar, mas que não foi tão enfatizada, pois Foucault estava mais preocupado em desfazer a fácil imagem do poder-repressão e sublinhar a idéia de poder-produção. Mas, apesar do caráter produtivo do poder, nem mesmo Foucault negou os seus efeitos repressivos, quando, em entrevista, se posicionou sobre o efeito das produções de poder sobre a sexualidade das crianças e adolescentes (FOUCAULT, 1979, p.231-232). Se as produções do poder possuem efeitos repressivos, pressupõe-se que o poder não abarca o real em sua totalidade como nos faz crer Butler (2008) – se o poder reprime, atua sobre algo que lhe é exterior - há uma dimensão do real, um ‘fora’ que é impedido de passar, de se atualizar, devido aos exercícios de poder.

Se por um lado, não podemos pensar a resistência como força exterior aos dispositivos de poder, mas como força que se gesta de “dentro”, pois como salienta Souza Filho (2008), o poder em sua dinâmica incita a resistência, ou seja, não há exercício de poder sem resistência; por outro lado, não podemos esquecer que essa

resistência, este exercício de deslocamento pode se intensificar de tal forma que as categorias de poder podem ser ultrapassadas e outros modos de pensar e viver se afirmarem. E quem sabe, numa “não identidade” como quis Foucault.

O discurso *queer* e as questões que suscita são fundamentais para se pensar minorias e produção de subjetividade no contemporâneo. O modo como Butler (2008) e Preciado (2008) lidam com o conceito de identidade e de gênero, as possibilita acompanhar as movimentações contemporâneas das minorias sexuais que certas leituras ditas anti-identitárias teriam mais dificuldades. A questão é que não considero haver incompatibilidades entre esta postura *queer* e o pensamento de Foucault como as autoras anteriormente citadas gostam de demarcar. Minha experiência de leitura de Foucault ainda não conseguiu vislumbrar uma posição dogmática anti-identitária em sua obra.

Até porque, o que caracteriza o espírito do pensamento do filósofo francês não é a utilização de certos conceitos – como resistência, dispositivo, poder ou subjetividade - e a ojeriza a outros – como identidade ou gênero. O que garante a força foucautiana, em nosso pensamento, é estarmos abertos ao exercício ético de se perguntar: o que estamos ajudando a funcionar? Como estamos nos constituindo no contemporâneo? O que podemos fazer para produzir um modo de vida mais belo e mais ético?

5 MOVIMENTO DE MINORIAS SEXUAIS NO BRASIL: UMA POSSÍVEL NARRATIVA HISTÓRICA

Nosso quarto eixo gira em torno da trajetória histórica do movimento social de minorias sexuais no Brasil e sua relação com a temática das políticas públicas. Os dilemas, os conceitos e as demandas do atual movimento LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis) possuem novas configurações em relação aos movimentos de minorias de outros períodos históricos, como veremos neste capítulo. Mas, tais configurações estão em relação de continuidade e, em alguns aspectos, de ruptura com outras movimentações de minorias sexuais de outros períodos históricos, no Brasil e no mundo (leia-se Europa e EUA, dada a força que a experiência das minorias européias e norte-americanas possuem sobre os movimentos de minorias sexuais em nosso país).

A experiência de leitura sobre a história do movimento de minorias sexuais em nosso país me dá a sensação de que muitos dilemas ou temáticas atuais não são tão novos assim. O passado ainda nos habita e pede passagem. Por outro lado, ler a história do movimento também produziu em mim a forte sensação de como somos diferentes. Como desaprendemos a exercitar alteridades, de se sujar com o outro; mas também como nos permitimos, sem as paranóias de antes, certas experiências e sensações. Portanto, não se trata de romantizar ou esconjurar o passado. Trata-se de, a partir da janela da história, experimentar, nos ver com outros olhos, nos estranhar, para que nossos atuais dilemas sejam pensados de outras formas.

Um de nossos mais urgentes dilemas é como lutar por direitos, lutar por uma sociedade em que não existam cidadãos de segunda classe, devido a sua orientação sexual, sua cor, seu gênero ou seu estilo de vida e, ao mesmo tempo, preservar a nossa capacidade de ‘minorar’, de experimentar outras formas de estar no mundo, para além de nossas identificações sociais de “combate”. De não sermos apenas sujeitos de direitos previsíveis e coerentes; mas, também, sujeitos da ética (FOUCAULT, 2004), que se reinventam e inventam mundos a partir de um intenso exercício. Nesta perspectiva, pensar em movimento de minorias sexuais, assim como pensar movimentos de quaisquer minorias, é pensar em produção de subjetividade, ou seja, em novos modos de vida. É pensar em nossa força, ou não,

de exercitar outras viagens subjetivas frente a um mundo repleto de forças de captura, de exercícios de poder que desejam sujeitos com corpos, valores e modos de vida previsíveis e dóceis.

Num artigo em que analisa o conceito de resistência na obra de Foucault, Souza Filho (2008) estabelece a relação, sugerida pelo filósofo francês, entre política/ética/estética:

A micropolítica das lutas específicas, das lutas pontuais são lutas das artes de si, dos cuidados de si: essas não deixam de ser lutas hermenêuticas de sujeitos que procuram elaborar suas vidas como obra de arte, de novos modos, a partir de subjetivações: mulheres-feministas, homossexuais, travestis, negros, mestiços, migrantes (SOUZA FILHO, 2008).

Pretendo pensar não apenas o movimento social de minorias sexuais, mas também, devido à especificidade de nosso campo de análise, a relação entre o movimento social de minorias sexuais e políticas públicas. Nunca é demais lembrar que este esforço de pesquisa não pensa política pública como sinônimo de política estatal e sim como processo de construção do comum; política pública como apropriação de nossas condições de existência. Neste sentido, há uma política pública no processo de construção de um movimento social e de suas interferências na sociedade. A emergência de um movimento de minorias, qualquer minoria, já nos faz pensar sobre os modos de vida instituídos e entendidos como 'naturais'. Tal processo já constitui uma política pública, no sentido de que não diz respeito apenas aos supostos direitos daquele "segmento" da sociedade; pois põe em análise os valores que circulam por todo o tecido social e que produzem determinados modos de vida e interditam a passagem de outros.

As lutas das minorias sexuais não dizem respeito apenas às minorias sexuais, mas a todos, na medida em que colocam em cena a afirmação de novos modos de vida.

Não há necessidade de se bater a porta do Estado reivindicando serviços específicos para se constatar a existência de uma demanda por política pública. Um movimento social, mesmo que não reivindique direitos cancelados pelo Estado, pode constituir uma política pública, se suas interferências discursivas forem potentes para provocar ruídos e rachaduras sociais. Embora o ato de bater a porta do Estado seja um instrumento importante para se elaborar uma política pública, principalmente, se a temática for a conquista de direitos. Apesar disso, não podemos

esquecer que se pode bater a porta do Estado e nem por isso se construir uma política pública se nossos movimentos e discursos não põem em análise nossos modos de estar no mundo.

Para pensar historicamente o movimento de minorias sexuais em nosso país elegi como texto referência a recente obra de Júlio Simões e Regina Facchini (2008), intitulada “Seguindo a Trilha do Arco Íris: do movimento homossexual ao LGBT”. A obra procura mostrar um panorama do movimento de minorias sexuais no Brasil desde a formação da nação, até o atual movimento LGBT. Explica não só a emergência dos movimentos, mas também de alguns conceitos que são importantes para os movimentos de minorias sexuais, como o conceito de opção sexual, orientação sexual, identidade sexual etc. A seguir procurarei expor as fases que os autores criaram, para narrar a história dos movimentos.

A obra de Simões e Facchini (2008) é a referência principal neste capítulo, mas também lancei mão de outros autores cujas obras nos ajudam a pensar as nuances do debate sobre movimento social de minorias e políticas públicas. A referência a estes autores permeará a exposição das fases da história dos movimentos de minorias sexuais no Brasil propostas por Simões e Facchini.

Algumas questões que emergiram na minha experiência de leitura da história dos movimentos também estão registradas no texto. Apesar delas emergirem na leitura, isto não quer dizer que sejam questões novas; pois já circulam no debate sobre minorias sexuais e conquista de direitos. Elas norteiam este trabalho e a maioria delas ainda estão em aberto, nos incitam a pensar. São questões que nos mobilizam a inventar outras formas de se mover politicamente.

5.1- MOVIMENTO POLÍTICO NA EUROPA/EUA E MOVIMENTAÇÃO SOCIAL NO BRASIL.

No início da narrativa, Simões e Facchini procuram registrar a emergência da noção de homossexualidade no contexto de relações de poder e saber da Europa do século XIX. Procuram demonstrar que os exercícios de poder que pretendiam normalizar a vida dos sujeitos, através do discurso da sexualidade e da patologização das práticas não-heterossexuais, depararam-se muito cedo, com

discursos políticos de resistência das minorias sexuais na Europa. Os autores descortinam um painel de discursos de resistência já no século XIX europeu que, diante da imagem negativa da homossexualidade criada pelos saberes médicos, elaboraram uma imagem positiva da homossexualidade. Discursos que ecoavam de livros de literatura, de medicina e psiquiatria, mas também da rua, de movimentos políticos de homossexuais e de pessoas ligadas à esquerda socialista europeia, que lutavam pela retirada da homossexualidade da lista de crimes previstos nos códigos penais da maioria dos países europeus.

Portanto, a luta dos movimentos de minorias sexuais, desde os seus primórdios, é uma luta contra os saberes instituídos. O discurso científico, o saber médico e, sobretudo, o psiquiátrico se configuraram em campo de disputa de estratégias de poder e resistência. Seus conceitos e noções serviram tanto à patologização da homossexualidade, quanto à construção de uma “consciência homossexual”, um sujeito político coeso e coerente em busca de direitos. Mas, em relação a essa imagem de uma “consciência homossexual”, cujo maior ícone é a mitológica figura de Oscar Wilde, podemos perguntar: um movimento social pressupõe necessariamente a constituição de um sujeito político? Sujeito político pressupõe coerência e previsibilidade subjetiva?

No século XX, os EUA foram o palco do movimento social de minorias sexuais de maior visibilidade mundial. Na década de 1960, num contexto de contra-cultura e de críticas aos valores da sociedade ocidental, ganhou corpo uma movimentação política de afirmação positiva da imagem do homossexual, bem como a luta por direitos civis. O “gay power” norte-americano, que defendia a política de identidade como forma de fortalecer a consciência política dos homossexuais, transformou-se em referência para movimentos sociais de vários países, como o Brasil. O episódio do bar *Stonewall* em Nova York, no dia 28 de junho de 1969, em que minorias sexuais, raciais e nacionais – como negros e latinos - lutaram corporalmente contra os policiais que queriam “limpar a região”, é considerado o maior marco histórico do movimento de minorias sexuais para grande parte de militantes e entidades de defesa da cidadania LGBT.

O filme norte-americano “Milk: a voz da igualdade” do diretor Gus Van Sant, foi lançado nas salas de cinema do Brasil em 2009. É um longa-metragem de ficção

que retrata a trajetória de Harvey Milk e do movimento social de minorias sexuais da cidade de São Francisco. O filme se passa nas décadas de 60 e 70 e, em uma de suas cenas, o protagonista, diante da ofensiva de setores conservadores contra a emergência do movimento, conclama a todos os militantes a “saírem do armário”, a afirmarem publicamente, para amigos e parentes que eram homossexuais. Diante de um círculo de militantes apreensivos, Milk retira o telefone do gancho e o segura, oferecendo-o ao grupo: quem ainda não tivesse revelado sua preferência sexual para a família e amigos, deveria fazê-lo naquele momento. Na visão da política de identidade do movimento de minorias sexuais norte-americanas, a ofensiva conservadora de religiosos e de setores da mídia não deixava margens para performances públicas ambíguas ou experiências eróticas nas sombras. Tudo deveria ser exposto em público, às claras; as experiências eróticas dos militantes deveriam ser transparentes e de máxima visibilidade. Na perspectiva do movimento de minorias sexuais norte-americano somente uma sólida identidade gay teria forças para se contrapor á identidade heterossexual branca das forças sociais conservadoras.

Ou seja, todo movimento social e político pressupõe uma política de subjetivação. Nunca estamos lutando apenas por direitos. Todo processo de construção de movimentos políticos, mesmo os empenhados em obter direitos - o que faz acionar em nós o “sujeito de direitos” a que Foucault se referiu - pressupõe necessariamente uma reinvenção de si. O que nos faz perguntar: o que tais invenções produzem, põem para funcionar para além de suas intenções “progressistas”?

A narrativa de Simões e Facchini (2008) nos informa que algumas décadas antes da ebulição do movimento de minorias sexuais nos EUA, foi publicado o famoso Relatório Kinsey. Estamos nos referindo aos dois livros publicados pelo biólogo Alfred Kinsey sobre a sexualidade masculina (publicada em 1948) e a sexualidade feminina (1953) nos EUA. Os livros se originaram de extensas entrevistas da equipe de pesquisadores comandados por Kinsey com homens e mulheres norte-americanos de várias classes e regiões do país. A publicação sobre a sexualidade dos homens norte-americanos causou grande incomodo. Não só por apontar que mais da metade dos entrevistados revelaram que tiveram pelo menos uma experiência homossexual em suas vidas – provocando rachaduras na considerada

sólida identidade heterossexual do homem norte-americano; mas, por revelar também um universo de experiências eróticas matizadas que não se encaixavam nas categorias hetero ou homossexual. As experiências eróticas dos homens norte-americanos eram mais dúbias que o discurso conservador e o discurso de militância gay de décadas posteriores ao Relatório Kinsey poderiam supor.

A temática da dubiedade sexual e da incapacidade das categorias hetero e homossexual darem conta das experiências eróticas comparecem com mais força na obra de Simões e Facchini (2008), na medida em que o livro começa a relatar o percurso do movimento de minorias sexuais no Brasil. Apesar de não aprofundarem a análise pois, como já mencionei, o objetivo da obra é oferecer um panorama da trajetória dos movimentos de minoria sexuais no Brasil, os autores sublinham as especificidades do universo erótico brasileiro. Não só relatando casos de experiências eróticas entre pessoas do mesmo sexo em sociedades indígenas e na sociedade colonial brasileira, como citando imagens sobre a sexualidade no Brasil Colônia, elaborada por artistas e estudiosos estrangeiros:

Uma representação recorrente do país associa-o intensamente ao erotismo e à sensualidade. Abundam imagens, narrativas, novelas, reportagens, romances e etnografias a realçar que certa liberdade ou desregramento sexual está no coração da nossa nacionalidade. Grande parte desse material se dedica a demonstrar a farta disponibilidade e incidência de ambigüidades e excentricidades eróticas entre nós ao longo do tempo e do espaço, com especial ênfase para as práticas homossexuais masculinas (SIMÕES; FACCHINI, p. 24, 2008).

Contra-pondo-se a esta imagem de um “paraíso sexual” no Brasil, Simões e FACCHINI (2008) citam a tese defendida por Peter Fry e Edward MacRae que postula a existência de uma hierarquia sexual brasileira baseada na distinção entre ativos e passivos. Se na Europa e nos EUA predomina o modelo de categorização sexual baseado no objeto de desejo sexual do indivíduo, no Brasil, como nas sociedades pré-modernas, predominou, por vasto período, o modelo de categorização sexual baseado na hierarquia de gênero. Homens que desempenham papel sexual ativo com homens passivos não possuem sua masculinidade ou virilidade socialmente questionada. Não seriam menos homens por “comerem veados”; não seriam homossexuais, pois não possuem relações com outros homens, mas com “veados” e “bichas”, que, na hierarquia sexual e social, estão abaixo das mulheres. Em algumas regiões mais tradicionais, como no Nordeste,

homens ativos que possuem relações com mulheres e “veados” seriam “super-homens”, desempenhariam o grau máximo da virilidade. O que em sociedades guiadas pelas categorias hetero/homossexualidade seria motivo de desqualificação – pois para o discurso conservador europeu ou norte-americano, homens que desempenham papel ativo em relações com outros homens são tão anormais quanto os que desempenham papel passivo – em sociedades como a brasileira é motivo de valorização. Apenas para o ato sexual do ativo, claro. Pois para o passivo, em sociedades tradicionais como a brasileira, são dispensadas as piores ofensas sociais. Seriam praticantes da “sem-vergonhice”.

Para Fry e MacRae (1985), este modelo hierárquico está em franca decadência na sociedade brasileira, pois as categorias hetero e homossexual ganharam terreno devido à modernização da vida social e das interferências do saber psiquiátrico e psicológico na sociedade brasileira no início do século XX – que ofereciam a “cura” para uma “patologia” do indivíduo, que antes era caracterizada socialmente como “sem-vergonhice”. Além da emergência dos movimentos de minorias sexuais dos anos 70 que, influenciados pelo modelo europeu de consciência e identidade homossexual, travaram uma luta discursiva pela afirmação de uma identidade sexual mais politizada e coerente. Fry e MacRae, militantes do movimento de minorias sexuais no Brasil nos anos 70 e 80, defendem a categoria homossexual como um “modelo igualitário”, uma forma das relações afetivas entre dois homens ou duas mulheres não reproduzirem as relações assimétricas entre homens e mulheres nos jogos amorosos heterossexuais.

Importante frisar que a temática das minorias sexuais, como qualquer minoria, nos força a pensar sobre os saberes e suas relações com as práticas de poder. Uma das dimensões das lutas de minorias são suas críticas aos saberes que as definem como categorias patológicas, anormais e anti-naturais. Portanto, que as constituem como sujeitos, mesmo desviantes. E por isso, passíveis de correção, controle e normalização. As lutas das minorias sexuais no Brasil por direitos, visibilidade e democracia ocorreram e ocorrem nas ruas, mas também nas páginas de artigos e livros - acadêmicos ou artísticos -, em atos teatrais, imagens de filmes, letras de música e indumentárias (lembremos da sunga de crochê do Gabeira, ex-guerrilheiro e exilado político devido à Ditadura Militar, na Praia de Ipanema no verão de 1979).

As produções acadêmicas de Fry e MacRae sobre as especificidades da sexualidade no Brasil se elaboraram no calor das movimentações sociais dos anos 70 e 80. Esses dois estudiosos foram praticantes de um ativismo político e de um discurso acadêmico que nos explicitam como os saberes se entrelaçam com práticas de poder e de resistência. O livro que apresentou a teoria do modelo sexual hierárquico da sociedade brasileira foi o "Para Inglês Ver" de Fry, lançado em 1982. Considerado um clássico dos estudos sobre a homossexualidade no Brasil, muito citado nos artigos sobre minorias sexuais, encontra-se hoje esgotado, de difícil acesso e sem previsão de reedição pelo mercado editorial.

Outro livro que se transformou em orientação para vários militantes na década de 1980 foi "O que é homossexualidade?", de Fry e MacRae. Nas primeiras páginas do livro, os autores explicitam a luta de saberes que pretendiam empreender:

Assim, queremos arrancar a homossexualidade do campo da psicologia e da medicina, que têm se apropriado do assunto crescentemente desde meados do século XIX, para colocá-la no campo da cultura e da política no seu sentido mais amplo (FRY; MACRAE, p. 10, 1985).

As interferências de Fry e de MacRae foram produtivas para os objetivos deste trabalho, no sentido de injetar mais ingredientes na discussão sobre as minorias sexuais e política de subjetivação. Porém, considero questionável transferir para o campo dos estudos da sexualidade um modelo sociológico de interpretação que não dá conta das infinitas tramas da sociedade brasileira e do mundo contemporâneo. Na visão dos autores, a sexualidade baseada em posições sociais de gênero, que recebeu o nome de "modelo hierárquico", seria o "Brasil arcaico", necessariamente perverso e condenado a "perder o bonde da história", apesar de, anacronicamente, ainda persistir em nossas metes e corpos. A sexualidade baseada nas identidades hetero ou homossexual, o chamado "modelo igualitário", seria o "Brasil moderno", condição necessária para a obtenção de direitos e de uma sociedade mais justa. Será?

Se lembrarmos do conceito de heteronormatividade da teoria *queer*, que apresentei no terceiro eixo deste trabalho, nós compreenderemos que o chamado "modelo hierárquico" não é um traço de uma sociedade arcaica. Os exercícios de poder no mundo contemporâneo aceitam todas as formas de prazer e gozo; aceitam uma gama de diversidade identitária, às vezes, expressa por um único indivíduo. Os

homossexuais não são mais criminalizados ou patologizados. Desde que os homossexuais expressem um modo de vida heterossexual: afetos e desejos heterossexuais entre gays ativos e passivos; bofes e monas; sapatas e ladys; casamento gay; mercado gay; gay responsável e cidadão de bem. Se a categoria de gênero, mais do que a de objeto de desejo, é importante para definir o chamado “modelo hierárquico” das sociedades “arcaicas”, para a teoria *queer*, o conceito de gênero é fundamental para se entender os processos de normalização contemporâneos. O que para Fry e MacRae é um modelo em decadência, traço do “atraso”, na teoria *queer* é contemporâneo em excesso. O Brasil já exprimia, desde o período colonial, as formas de poder que europeus e norte-americanos só agora vislumbram.

Outra questão que o modelo interpretativo de Fry e MacRae (1985) não problematiza e que a teoria *queer* nos ajuda a pensar é: um universo erótico baseado em performances de gênero e não em identidades sexuais produz apenas relações perversas de poder? Apesar de a hierarquia ser uma força presente, não só na sexualidade, mas em todas as dimensões da sociedade brasileira, o indivíduo ser definido não pelo o que ele “é”, mas pelo que pratica, não criou e cria margens para deslocamentos, ambigüidades, embaralhamentos das regras, resistências e invenções de outras práticas sociais?

Não me aprofundarei nestas questões, que ampliariam por demais o campo de análise deste trabalho. Mas considero importante a menção, por se tratar de questões que circulam nos debates acadêmicos e de militantes de minorias sexuais. Apesar de considerar que a forma como Fry e MacRae a expressaram já não dá conta das novas configurações do poder e dos modos de vida contemporâneos.

5.2 A MOVIMENTAÇÃO PRÉ-ANOS 70

Na visão de Simões e de Facchini (2008), antes da emergência de um movimento político de minorias sexuais na década de 1970 no Brasil, havia uma extensa “movimentação” social, ou seja, uma rede de relações entre minorias sexuais, que envolvia bares, boates, shows de teatro de revista, fã clubes de cantoras de rádio, imprensa alternativa, lugares de contatos afetivos e eróticos nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro.

Apesar de enfatizarem a importância desta rede de sociabilidade para a construção de espaços em que a experiência homoafetiva pudesse ser vivida sem os entraves do preconceito, implicitamente os autores endossam a tese, que circula entre a atual militância de minorias sexuais, de que esta “movimentação” não produziu um movimento político. Ao diferenciarem “movimentação” pré anos 70 de “movimento” pós anos 70, os autores se arriscam a produzir a questionável idéia de que antes desta década, por “ainda não” haver uma “consciência política homossexual”, não havia um movimento político, pois o que se pretendia era a construção de uma sociabilidade entre pessoas discriminadas, ou que preferiam ficar nas sombras, sem performatizar em ambientes de maioria heterossexual suas orientações sexuais. Nessa “movimentação”, só se produziram “guetos”. Não havia demandas por direitos ao Estado; a imprensa alternativa destes grupos possuía um tom apenas de paródia e de deboche, sem analisar - na visão dos militantes do posterior movimento da década de 1970 - os valores heterossexuais, que por sinal eram muito fortes entre as próprias minorias sexuais.

Podemos perguntar: política tem que ser sempre séria e “consciente”; a construção destes espaços de sociabilidade nos informa apenas um período de germinação de uma “consciência homossexual”, de um movimento “pré-político” como nos diz um certo marxismo ortodoxo? Ou estaríamos diante de um movimento ético-político, silencioso, sem líderes e sem bandeiras evidentes, mas que possuía a capacidade de inventar outros lugares (geográficos e subjetivos) para as minorias sexuais num espaço urbano hostil? Já não estaríamos diante de um movimento social e político, bem como de uma política pública, quando pessoas antes discriminadas começam a criar, no espaço da cidade, o “seu lugar”, com seus próprios circuitos de relações? Por que é importante a figura do “militante”, para se constatar que há movimento social? Sempre que há a figura do militante e da “consciência” há necessariamente movimento social? O que é movimento social? O que se move? Se move para construir o quê?

Após fornecer este panorama de “movimentação” e de questões conceituais, Simões e FACCHINI (2008) elaboram três períodos para narrarem a história do movimento de minorias sexuais no Brasil. Os anos 70, período da emergência do movimento homossexual formado por intelectuais paulistas e cariocas, cuja principal demanda

era por democracia. Os anos 80 e 90, período de luta contra a AIDS e da emergência das ONG's; e o período atual, de fragmentação identitária, formação de um mercado LGBT e de serviços ofertados pelo Estado.

5.3 ANOS 70: MOVIMENTO HOMOSSEXUAL E A LUTA POR DEMOCRACIA

No final da década de 70, após quase vinte anos de autoritarismo militar, vários setores da sociedade brasileira se mobilizavam na luta por democracia. Aquela rede de sociabilidade de minorias sexuais relatada, anteriormente, se ampliou neste período. A temática das minorias sexuais estava presente nas músicas, nos teatros, nas artes plásticas e na televisão. Vários artistas e personalidades públicas embaralhavam os códigos de gênero em suas performances ou tematizavam a homossexualidade: os baianos tropicalistas; o cantor Ney Matogrosso; o grupo teatral Dzi Croquettes; o ex-guerrilheiro Fernando Gabeira com sunga de crochê no verão de 1979 em Ipanema, etc.

Segundo Simões e Facchini (2008), a própria modernização econômica produzida pelo regime autoritário ajudou a construir os elementos de sua própria contestação, seja na luta pela democracia, em que se destacou o movimento operário das fábricas multinacionais do ABC Paulista; seja na criação de grupos que contestavam os valores sociais e o modo de vida instituído. Em relação a este último modo de contestação ao regime autoritário, a arte e a cultura se destacaram, com produções que colocavam em análise o machismo, o racismo, a discriminação e violência contra as minorias sexuais, as desigualdades sociais etc. É neste cenário que emerge aquele que é considerado o primeiro movimento de minorias sexuais no Brasil.

[...] o governo do general Ernesto Geisel, em seu período final, acenava com uma distensão lenta, gradual e segura. O movimento estudantil voltara às ruas, e os operários dos setores de ponta da indústria não tardariam a usar novamente o direito de greve. Outras vozes políticas começavam a se fazer ouvir. Homossexuais que se apresentavam como “minorias oprimidas” juntavam-se, à sua maneira, ao coro da oposição à ditadura (SIMÕES; FACCHINI, p. 81, 2008)

É neste contexto de mobilização social por democracia que surge o jornal O Lâmpião da Esquina. Em formato de imprensa alternativa, como o lendário Pasquim,

o jornal era produzido por escritores, jornalistas, artistas e professores universitários que possuíam forte inserção social: os escritores Aguinaldo Silva, Caio Fernando Abreu e João Silvério Trevisan; os antropólogos Peter Fry e Edward MacRae; o pintor Darcy Penteado; o diplomata João Antônio Mascarenhas etc. Eram pessoas com prestígio social, com carreiras consagradas ou promissoras que se uniram para criar um jornal mensal sobre a temática das minorias sexuais.

Sendo produzido no Rio de Janeiro e em São Paulo, os intelectuais do Lampião eram influenciados pelo movimento gay norte-americano, principalmente pelo militante Winston Leyland, que veio ao Brasil em 1977 para uma série de palestras e entrevistas na mídia impressa de grande circulação, como *Veja*, *IstoÉ*, *O Globo* e *Folha de São Paulo*.

O nome do jornal era uma provocação ao universo discursivo machista, que vinculava a figura histórica de Lampião à imagem do macho nordestino. Apesar de ser formado apenas por homossexuais masculinos, a proposta do Lampião era exercer uma política de alteridade:

O jornal propunha a “sair do gueto” e ser um veículo pluralista aberto a diferentes pontos de vista sobre questões minoritárias. Isto foi posto em prática com a publicação de matérias sobre movimento feminista, movimento negro, transexualidade, sadomasoquismo, populações indígenas, prisioneiros, ecologia e até o uso de maconha. Também se preocupava com as condições dos que se dedicavam à prostituição masculina e feminina, tendo realizado matérias e entrevistas com travestis, garotas e garotos de programa (SIMÕES; FACCHINI, p. 86, 2008).

Além desta política de alteridade, deste exercício de se “sujar com o outro”, os produtores do jornal possuíam divergências entre si. E tais divergências eram explicitadas em artigos que um escrevia “em resposta” ao outro nas páginas do jornal. O cineasta Antônio Calmon e o pintor Darcy Penteado fizeram um acalorado debate sobre a bissexualidade. João Antônio Mascarenhas era a favor de que o jornal se transformasse em um prestador de serviços e informações aos homossexuais. Um grupo era a favor de que o jornal assumisse “a luta maior”, que era a luta de classes e se aproximasse dos grupos da esquerda marxista. João Silvério Trevisan combatia o que ele chamava de tentativa de “institucionalização” da atuação política das minorias num artigo intitulado “Por uma política menor: “bichas” e lésbicas inauguram a utopia”:

Direitas e esquerdas do sistema estão querendo tornar-nos consumidores do homossexualismo e, com isso, recuperar-nos. Trata-se de uma forma de nos iludir com o poder e neutralizar o potencial subversor. A única maneira de garantir nossa subversão e impossibilitar nossa recuperação é ser cada vez mais viado (sic) e sapatona, portanto mais malditos e menos cobiçáveis por todas as formas de poder (ordem), do tipo partidos, publicidade, família, mídia. Tanto mais aprofundarmos nossas diferenças com a normalidade instituída (a sociedade heterossexual compulsória), tanto mais difícil será de nos digerir. E tanto maior nossa capacidade de virar a mesa (TREVISAN apud SIMÕES; FACCHINI, p. 95, 2008)

É interessante notar que questões como modo de vida, subjetividade e performance *queer* já estavam presentes nas páginas de Lampião, como atesta o trecho do artigo de Trevisan citado acima. Devido à ampliação das divergências entre os produtores do jornal, somado à perseguição do governo, que processou o jornal devido a suas “imoralidades”, além de problemas financeiros, O Lampião deixou de circular em junho de 1981.

Em sua curta duração, o jornal conseguiu fortalecer vários grupos de minorias sexuais pelo Brasil afora, principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro. O principal deles foi o grupo SOMOS de São Paulo. Parte dos produtores do Lampião participaram da criação desse grupo, que surgiu de um encontro na USP da então corrente trotskista Convergência Socialista (que na década de 1980 aderiu ao Partido dos Trabalhadores (PT) - e em 1992 fundou o atual Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado – PSTU).

O nome do grupo se referia ao jornal da extinta Frente de Libertação Homossexual da Argentina e estava ligado à idéia de “assumir-se” homossexual. O processo de criação do SOMOS, que derivou de quase uma dezena de encontros entre grupos universitários e intelectuais em defesa dos direitos dos homossexuais, intensificou-se no decorrer do ano de 1978. Mas, foi em abril de 1979 que se estabeleceu de fato um grupo com nome, reuniões periódicas e princípios definidos de organização.

O SOMOS pretendia ser auto-gestionário, sem hierarquias, cujas decisões eram construídas por consenso, para se evitar a produção de hegemonias dentro do grupo. Seus integrantes eram intelectuais e estudantes universitários, filhos da classe média paulistana. O grupo era formado, exclusivamente, por homossexuais:

Um dos raros consensos entre os participantes do SOMOS era o princípio de que o grupo deveria ser exclusivamente formado por homossexuais. Estabelecida uma relação de oposição entre hetero e homossexuais, que

envolveria uma situação de opressão dos segundos pelos primeiros, considerava-se que os homossexuais, como oprimidos, somente poderiam encontrar a si mesmos, aceitar-se e recuperar a autonomia estando entre iguais. O suposto, certamente muito discutível, era de que um ambiente formado por homossexuais seria mais igualitário, assim como as relações homossexuais, por se darem entre 'iguais', seriam menos assimétricas que as heterossexuais (SIMÕES; FACCHINI, 2008, p.98-99).

Ao longo de 1979, o SOMOS viveu uma fase de progressivo crescimento, com novos integrantes. Muitos de seus militantes, além de militarem no grupo, militavam em outros movimentos, como o feminista, o movimento negro, grupos e partidos de oposição à ditadura. Além de se reunirem para discutirem questões relacionadas com a homossexualidade, seus integrantes participavam, com faixas e cartazes próprios, de passeatas contra a violência policial, lutando pelas mulheres, pelos negros, pela democracia e pelas reivindicações salariais dos trabalhadores do ABC paulista. Não podemos esquecer que, além do SOMOS, existiam dezenas de grupos espalhados por São Paulo, Rio de Janeiro, estados do Nordeste e Sul do país.

Em 1981, a diversidade de pertencimentos e de pontos de vista dos integrantes do SOMOS, que lhe possibilitou uma política de alteridade nos anos anteriores, produziu um impasse. Uns queriam se aproximar de partidos de esquerda, defendendo a “luta maior” contra a ditadura e a transformação social. Outros optavam pela “luta específica” das minorias, vendo em instituições como partidos, uma ameaça à visibilidade das questões das minorias.

Além desta questão específica sobre “luta maior” ou “minorias” a política de identidade que atravessava o grupo produziu a ruptura das mulheres militantes com o SOMOS, sob a alegação de que as lésbicas possuíam demandas específicas, que exigiam uma organização própria. Tais militantes acusavam os homossexuais masculinos de reproduzirem o machismo presente nas relações sociais. Em agosto de 1980, foi fundado o Grupo de Ação Lésbico-Feminista (GALF), grupo dissidente do SOMOS. Em 1982, o SOMOS se encontrava bastante desarticulado e incapaz de operar interferências públicas como nos seus três primeiros anos.

Este processo de fragmentação identitária ganhou força na década de 1980. Lésbicas e travestis não se sentiam mais representadas pela expressão homossexual. Em outro ambiente político, com a retomada dos aparatos formais da democracia, outras demandas e formas de luta se gestaram.

5.4 ANOS 80 E 90: OUTRA FORMA DE ATUAÇÃO PÚBLICA E A LUTA CONTRA A AIDS.

A fragmentação identitária e a desarticulação dos grupos de defesa de minorias sexuais não foram processos vivenciados apenas pelo grupo SOMOS de São Paulo. No início da década de 80, houve uma diminuição significativa no número e nas intervenções públicas daqueles tipos de grupos de minorias sexuais tão predominantes na década anterior no Brasil inteiro. Paralelo a este processo de fragilização destes grupos, começaram a serem criadas novas formas de organização e de militância.

No período anterior, a maioria dos militantes possuía vínculos com grupos ou partidos de esquerda, certa vivência como militantes de esquerda ou contato com setores de esquerda antes da emergência de grupos em defesa de minorias sexuais como o SOMOS. Já no início dos anos 80 ganhou visibilidade um outro tipo de militante e de organização, distante não só dos grupos clássicos de esquerda, mas com outras demandas públicas. Para exemplificar essa nova modalidade de atuação pública, Simões e Facchini (2008) citam o Grupo Gay da Bahia (GGB) e o Triângulo Rosa do Rio de Janeiro:

Muitas das características organizacionais do GGB e do Triângulo Rosa são consideravelmente distintas em relação às organizações anteriores de maior expressão. Em primeiro lugar, foram grupos mais coesos, reunidos cada qual em torno de uma liderança reconhecida, carismática, inteligente, articulada e, não menos importante, dotada de recursos simbólicos e materiais efetivamente capazes de fazer avançar metas e objetivos mais claramente definidos e circunstanciais. Esse tipo de organização nunca operou entre o SOMOS-SP, por exemplo. Mesmo no período final, quando o SOMOS manteve uma sede e tentou pôr em prática várias atividades políticas e culturais, não havia entre os militantes novos e remanescentes ninguém que pudesse se valer dos mesmos atributos de liderança encontrados nos outros dois grupos em tela (SIMÕES; FACCHINI, 2008, p.123).

Apesar da exagerada simpatia dos autores em relação a este novo modo de atuação pública, o importante no registro acima é a diferença em relação aos grupos anteriores. João Antônio Mascarenhas, líder do grupo Triângulo Rosa, apesar de ter atuado em *O Lampião* e no SOMOS, era um funcionário público de alto cargo no Itamaraty; nunca teve vínculos com grupos de esquerda e dentro do SOMOS lutava por uma atuação mais pragmática, voltada por oferecer serviços ao segmento

homossexual. Luiz Mott, antropólogo paulista radicado na Bahia, nunca possuiu vínculos com grupos políticos antes do GGB. Estes novos grupos, o Triângulo e o GGB, possuíam pautas específicas, registro jurídico e desconheciam o impasse dos grupos anteriores: “luta maior” ou “minorias”.

No SOMOS–SP, tanto as lideranças com posição ‘autonomista’, quanto as que tinham uma posição em favor de alianças com partidos políticos, grupos de esquerda e outros movimentos não classificados como ‘movimentos de minorias’, tinham projetos de transformação da sociedade como um todo. As atuações de Mott e Mascarenhas, em contraste, demonstram um menor envolvimento com projetos de transformação social, num sentido mais amplo, e uma ação mais pragmática, voltada para a garantia dos direitos civis e contra a discriminação e a violência que atingem os homossexuais (SIMÕES; FACCHINI, 2008, p.120).

Dentro da concepção de que “[...] a causa homossexual vinha em primeiro lugar [...]” (SIMÕES; FACCHINI, 2008, p.120), os dois grupos empreenderam lutas específicas que foram vitoriosas como a campanha pela retirada da homossexualidade do Código de Doenças do antigo Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social (INAMPS) iniciada em 1981. O Conselho Federal de Medicina sancionou a retirada em 1985. Tal vitória produziu efeitos subjetivos relevantes, num momento em que a homossexualidade voltava a ser patologizada nos meios de comunicação devido a sua perversa vinculação com a AIDS.

Os dois grupos participaram ativamente das discussões da Assembléia Nacional Constituinte, em que lutaram pela criminalização do preconceito por “opção sexual”, mais tarde renomeada para “orientação sexual”. Apesar de serem derrotados na esfera federal, houve vitórias em alguns Estados, que possuíam grupos com a mesma linha de atuação: as Constituições Estaduais de Sergipe e a de Mato Grosso, bem como 27 Leis Orgânicas municipais, incluindo São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador prevêm a proibição de discriminação por “orientação sexual”.

O GGB da Bahia foi o primeiro grupo de minorias sexuais a obter registro como sociedade civil sem fins lucrativos, em 1983. Caminho seguido pelo Triângulo, em 1985. O GGB encampou uma campanha pela criação de uma imagem positiva do homossexual no meio acadêmico e midiático: “É legal ser Homossexual”. O Triângulo foi se aprofundando na temática da AIDS, à medida que a epidemia avançava.

A eclosão da epidemia da AIDS nos anos 80, caracterizada no início como “peste gay”, tanto pelo discurso médico, quanto pelo discurso de setores da mídia, se num primeiro momento aprofundou um processo de desarticulação de alguns grupos de ativismo com as características dos movimentos dos anos 70 (caso do SOMOS), num segundo momento, principalmente, nos anos 90, foi um fator de fortalecimento de novos grupos e novas formas de atuação política.

Paradoxalmente, a epidemia da AIDS surgiu num momento em que havia um processo de ampliação “espetacular” da visibilidade de minorias sexuais na publicidade, na TV, na grande mídia como um todo e, sobretudo, no Carnaval, que passara a ser mais sistematicamente televisionado. O verão de 1984 foi o auge de sucesso da transexual Roberta Close, eleita como o ideal de beleza feminina. A modelo foi capa da prestigiada Playboy e tema de música de Erasmo Carlos. Paralelo a este processo de maior exposição de minorias, a grande mídia reservava espaço para os discursos discriminatórios de médicos e líderes religiosos, que devido ao avanço da AIDS, declaravam abertamente seus preconceitos. Aumentou também a repercussão de crimes violentos contra gays e travestis.

Se num primeiro momento a epidemia reforçou os preconceitos e neutralizou a força de resistência de vários grupos de minorias sexuais, na primeira metade dos anos 1990 já era visível uma ampla mobilização de grupos espalhados pelo país inteiro para conter o avanço da AIDS e desconstruir o conceito perverso de “grupo de risco”, que tentava vincular a figura da minoria sexual com a figura do doente.

Várias vozes do campo de saber médico também se articularam com as minorias para fazer frente ao preconceito e à ampliação da epidemia. Diversos grupos como a Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA), o Grupo de Apoio e Prevenção à AIDS (GAPA) e o Grupo Pela Valorização, Integração e Dignidade do Doente de AIDS (VIDDA) foram criados graças a “[...] inusitada aproximação entre os ativistas homossexuais e as autoridades médicas [...]” (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 130).

Os grupos de minorias em luta contra a AIDS se profissionalizaram na captação de recursos junto a organismos internacionais, seja em órgãos ligados à Organização das Nações Unidas (ONU), à Organização Mundial de Saúde ou ao Banco Mundial.

No Brasil, tanto autoridades médicas, quanto grupos de minorias forçaram o Governo Federal a criar o Programa Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) / AIDS. Apesar dos inúmeros confrontos entre as autoridades do Ministério da Saúde e as ONGs - devido às campanhas publicitárias oficiais do tipo “Se você não se cuidar, a AIDS vai te pegar” ou “Eu tenho AIDS e vou morrer” - a parceria entre a burocracia estatal e as organizações sociais foi se aprofundando e hoje o programa brasileiro anti-AIDS é considerado uma das maiores referências mundiais de política pública em saúde. A distribuição gratuita de medicamentos e ofertas de diversos serviços aos soropositivos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) são frutos de intensa interferência de grupos de minorias sexuais, as primeiras vítimas da epidemia, na gestão dos assuntos públicos do país.

É importante registrar que a tragédia da AIDS forçou a sociedade brasileira a criar um debate público mais honesto e menos moralista sobre a sexualidade e sobre as minorias sexuais, algo que o país nunca presenciou em tais proporções, pois a mídia e o aparato estatal também se mobilizaram para o debate. Parte da sociedade compreendeu que as minorias sexuais existem e que as práticas não-heterossexuais são mais disseminadas do que imaginávamos e não são exclusivas dos que se identificam como gays. Que, para conter a epidemia, era preciso primeiro conter nossos preconceitos e moralismos. Nas palavras de João Silvério Trevisan:

A sociedade passou a debater amplamente argumentos a favor ou contra sexo anal, sexo oral, perversões, quantidade de parceiros/as, uso da camisinha, sexo seguro e doenças venéreas, métodos anticoncepcionais, casamento entre pessoas do mesmo sexo, conveniência ou não da adoção de crianças em famílias não-padronizadas etc. Deflagrou-se uma epidemia de informação, que não tem retorno porque deixará marcas nas próximas gerações (TREVISAN apud SIMÕES; FACCHINI, 2008, p. 135).

Além de desconstruir a imagem de uma sociedade majoritariamente heterossexual, já que as “perversões” não eram exclusividades de gays, a epidemia acelerou a visibilidade da dispersão identitária das minorias sexuais. Nem todos que faziam sexo com pessoas do mesmo sexo se identificavam como gays ou homossexuais. Travestis, transexuais, intersexuais (designados por muito tempo como hermafroditas), lésbicas, homens que fazem sexo com homens (HSHs) são vozes que ganham maior expressão, ou são inventadas – no caso dos HSHs - na interseção entre movimento de minorias e combate à AIDS. E que dão a tônica de um novo momento na história das minorias sexuais no Brasil.

5.6 O MOVIMENTO LGBT

A imagem do arco-íris, símbolo do movimento de minorias sexuais, em diversas partes do mundo, retrata a dispersão identitária tão característica do momento atual. Se nos anos 70, o movimento era majoritariamente composto por homossexuais masculinos de classe média e formação acadêmica, hoje existe um amplo espectro de identidades que se fazem presente nos espaços públicos, que requerem não só visibilidade, mas também direitos e serviços públicos específicos. Os grupos de identidade se proliferam pelo país, ganhando máxima expressão nas famosas paradas LGBTs, evento que teve origem nos EUA, mas que em São Paulo se fortaleceu de tal forma que é considerada a maior parada LGBT do mundo.

Formaram-se grupos de homossexuais masculinos, de lésbicas, de transexuais, de travestis, de intersexuais, de bissexuais, de homossexuais negros, de lésbicas negras, grupos de combate à DSTs / AIDS, grupos ligados à temática dos direitos humanos, grupos acadêmicos de gênero e diversidade sexual, grupos *queer*, grupos *anarco/punk/queer* etc.

Sobre a forma de atuação política destes grupos Facchini e Simões afirmam:

Do ponto de vista organizacional, passa a preponderar quase definitivamente o modelo das ONGs, que levou à contenção do número de membros efetivos; criação de estruturas formais de organização interna; elaboração de projetos de trabalho em busca de financiamentos; necessidade de apresentação de resultados; necessidade de expressar claramente objetivos e objetos de intervenção ou reivindicação de direitos; profissionalização de militantes [...] (SIMÕES; FACCHINI, 2008, p.138 – 139).

Com esta modalidade de atuação política, as conexões entre o Estado e os grupos se ampliaram. Primeiro, em relação à epidemia da AIDS; depois, na busca por direitos e serviços. Agentes do Estado, principalmente autoridades médicas, elaboraram e defenderam, explicitamente, uma política de identidade como instrumento para conter as DSTs. O princípio de “educação por pares” de alguns órgãos oficiais, como o Ministério da Saúde, pressupõe que a criação de grupos identitariamente coesos produz canais de informação e de formação mais sólidos na luta contra o preconceito e as doenças. O conceito de vulnerabilidade (Simões; FACCHINI, 2008) também comparece nos discursos de autoridades médicas, profissionais de assistência social e de militantes como um instrumento que indica

que alguns grupos devem ser fortalecidos com políticas públicas específicas, para que os direitos básicos sejam garantidos.

O importante para este trabalho é frisar esta política de identidade, que é uma forma de política de subjetivação, como forma de atender às demandas das minorias sexuais. Agentes do Estado não só fortalecem a política de identidade de alguns grupos, como forjam, inventam identidades, como é o caso dos HSHs. Homens que fazem sexo com outros homens é a nomenclatura que o Ministério da Saúde, através do Programa DSTs / AIDS utiliza para se referir a homens que praticam sexo com pessoas do mesmo sexo, mas não se auto-identificam como homossexuais. Ou seja, aquela ampla gama de homens brasileiros, que foram o foco das leituras antropológicas anteriormente mencionadas de Fry e MacRae (1985). Devido à ampliação da contaminação destes homens e de suas cônjuges e parceiros sexuais eventuais, o Ministério adotou uma política específica para este segmento. Mas, nas abordagens médicas e de publicidade do ministério, procura-se incentivar os HSHs a aderir a uma identidade sexual mais coesa, como forma de tornar-se menos vulnerável às DSTs. O Ministério se alia a grupos de homossexuais masculinos, que atuam no fortalecimento de uma identidade gay mais sólida. Voltamos a repetir: toda política pública pressupõe uma política de subjetivação. Estamos falando não só de direitos ou serviços de Estado, mas, sobretudo, de modos de vida. No caso da política de saúde em questão, um modo de vida mais previsível, mais coeso, sem sombras ou experimentações, para que o risco de contaminações com o corpo do outro não se efetive.

Como explicitamos anteriormente, a visibilidade das minorias sexuais e as conexões entre agentes do Estado e movimento social na formulação de políticas públicas se ampliaram ,a partir do final dos anos 80, devido às mutações das formas de atuação dos grupos e devido à epidemia da AIDS. No ano de 1995 a então deputada Marta Suplicy apresentou o Projeto de Lei nº 1. 151/95 que autoriza a união civil entre pessoas do mesmo sexo. Fruto de ampla discussão de grupos de minorias sexuais, o projeto nunca foi à votação em plenário devido às pressões de grupos religiosos.

Mas, se no Parlamento há várias barreiras para a garantia de direitos, o Judiciário brasileiro vem produzindo várias jurisprudências, como a concessão de direitos de herança e previdenciários, guarda de filhos do parceiro morto, partilha de bens após

fim de relacionamentos etc. Em 1999, o Conselho Federal de Psicologia elaborou uma resolução proibindo profissionais de psicologia de participarem de “tratamentos e curas” da homossexualidade.

É neste contexto de visibilidade social e de intensa interlocução entre movimento social e Estado que nasceu em 2004 o Programa Brasil Sem Homofobia. O fato de o governo federal ser caracterizado pela presença de militantes de movimentos sociais em cargos de chefia criou a possibilidade de uma política específica para a temática das minorias sexuais. Em 2003 foi criada a Secretaria Nacional de Direitos Humanos que, dentre outras questões, pretende combater formas de preconceitos e negação de acesso a direitos de cidadania. Houve ampla mobilização nacional de grupos, para que o governo federal tivesse um programa específico para combater o preconceito contra os LGBTs.

Na criação do Programa, não conseguimos evidenciar onde se encontram as marcas dos movimentos e as marcas do Estado. Não foi um processo em que o único gesto foi o movimento bater as portas do Estado, reivindicando uma política pública. No governo federal, vários militantes de movimentos de minorias ocupavam posições de autoridade. Mais importante que definir se o Programa foi obra de uma reivindicação de movimentos sociais ou de agentes no Estado é se perguntar sobre o potencial do Programa Brasil Sem Homofobia em ser, efetivamente, uma política pública e não, meramente, estatal.

[...] a trajetória do movimento LGBT mostra de forma eloqüente a interpenetração e a porosidade entre Estado e sociedade civil no Brasil. Neste campo de relações há vantagens, mas também há riscos. Abrem-se novos canais para pressões vindas de ‘baixo’, que, entretanto, podem também favorecer o desenvolvimento de novas redes de clientela e amortecer o seu potencial crítico (SIMÕES; FACCHINI, 2008, p. 158).

O Programa Vitória Sem Homofobia nasceu em 2005, neste fluxo de articulações que criou o Programa Federal. Apesar de nenhuma organização capixaba ter participado da mobilização pela criação do Brasil Sem Homofobia; apesar de a maioria dos grupos estar desarticulada no ano da criação do Programa Municipal; apesar de a iniciativa da criação do Programa partir de pessoas que eram servidores ou gestores da Prefeitura de Vitória /ES, podemos afirmar que o impulso de sua criação se origina daquela mobilização social que deu origem ao Programa Federal. Há desejo e cheiro de movimento social na criação do Vitória Sem Homofobia. E

voltando àquela questão que mencionamos em relação ao Brasil Sem Homofobia: o mais importante não é verificar se há ou não tentáculos de Estado ou marcas de movimento social no Programa, mas perguntar o que se move? Move-se para criar o quê? Como fortalecer seu potencial de política pública?

Para terminar esse breve percurso pela história recente do movimento de minorias sexuais no Brasil, gostaríamos de registrar que a expressão minorias é uma opção deste trabalho, que se refere às questões que o conceito de subjetividade da filosofia da diferença nos apresenta. Tal expressão não se encontra na obra de Simões e Facchini (2008) e de vários autores que trabalham neste capítulo, como Fry e MacRae (1985). A expressão “movimento de minorias” aparecia em discursos e depoimentos que alguns militantes realizaram na década de 1970 e que Simões e Facchini (2008) citam em seu livro. De todo modo, as expressões mais utilizadas, tanto pelos autores quanto por militantes são “movimento homossexual”, “movimento gay” e recentemente “movimento LGBT”.

A expressão “movimento homossexual”, muito utilizada nos anos 1970, pode produzir vários equívocos, nos remetendo a uma idéia de unidade e homogeneização das minorias sexuais. Um sujeito sexual, social e político coeso e coerente. Todos seriam iguais, viveriam as mesmas situações de opressão e veriam o mundo da mesma forma. Haveria uma grande margem para que o homossexual masculino branco e intelectualizado dos anos 1970 exercesse um “imperialismo identitário” sobre homossexuais negros, homossexuais pobres, lésbicas, travestis e outras minorias.

A legenda LGBT pressupõe o reconhecimento da diversidade entre as minorias sexuais. Diversidade de situações de opressão e formas de vida. A resposta do movimento social ao perigo do “imperialismo” que mencionamos anteriormente, foi a incessante dispersão identitária das minorias sexuais, um processo de produção de novos sujeitos sociais e políticos que ocupam a cena pública reivindicando direitos específicos.

Por outro lado, não podemos esquecer que aquele movimento homossexual dos anos 70 - de homens brancos e intelectualizados, para usar o jargão do discurso “politicamente correto” tão comum na militância dos movimentos sociais atuais -

além de se esforçar numa política de identidade, também se esforçava em construir uma política de alteridade. Não só em suas publicações, como O Lampião, mas também em manifestações de rua, aquele movimento de homossexuais escutava, envolvia-se e mobilizava-se por outras causas e dores, como a dos operários do ABC Paulista, dos negros, das/os profissionais do sexo, das mulheres, dos índios etc. Lutas que grande parte da militância considerava “suas lutas”, pois se tratava de “lutas de minorias”. Isto está explícito em falas de líderes, como o de João Silvério Trevisan que citamos anteriormente. A questão dos direitos não estava separada da questão da estética da existência. Daí um discurso contra a “institucionalização”, contra os partidos e formas de atuação política clássicas, o ódio à direita reacionária e uma desconfiança em relação à esquerda clássica, um certo fascínio e romantização dos travestis, vistos como o “nosso outro”, escuta de outros modos de vida, completamente diferentes do modo de vida daqueles intelectuais de classe média.

Hoje, a diversidade que vemos tremular no arco-íris das paradas LGBTs não está separada de uma crescente dificuldade de produzirmos a diferença. Diferença entendida não como várias cores identitárias, mas como produção de modos de vida que escapam, mesmo provisoriamente, das armadilhas do poder no contemporâneo. Somos cada vez mais diversos, mas, cada vez mais homogêneos em nossos desejos, afetos e modos de vida. Cada vez mais temos desejo por Estado, direitos garantidos, modos de vida tutelados juridicamente. E o que é mais grave, nossa política frenética de produção de identidades é acompanhada do enfraquecimento da política de alteridade em nós e em nossos grupos de pertencimento social e político. Nossa capacidade de se “sujar” com as dores e os modos de vida do outro não necessariamente se amplia por causa da profusão das cores do arco-íris. Pode haver uma razão inversa: quanto maior a dispersão identitária, menor nossa capacidade de encontro com o outro e com nossa própria capacidade de “minorar”, ou seja, produzir diferença.

Não se trata de romantizar os “áureos” anos 70 e nem proclamar o quanto nos tornamos perversos e menos belos. Aqueles desejos e intensidades que a política de alteridade dos movimentos da década de 70 permitia passar, ainda nos habitam.

Não está empoeirado no porão da memória. Estão à espreita, esperando que situações sejam criadas, para que possam se fortalecer e poder passar.

O atual pragmatismo e profissionalização da militância de minorias sexuais - muito importantes para a necessária obtenção de direitos, mas que podem fortalecer modos hegemônicos de vida social e política - não excluem gestos de resistência, que se hoje são tímidos e encontram dificuldades de se expressar, podem, em outro momento, em outras rodadas do jogo, ganhar força e nos ajudar a problematizar as formas de viver e de atuar politicamente que só reforçam o exercício do poder em nós. Mesmo provisoriamente

6. PROGRAMA VITÓRIA SEM HOMOFOBIA: UMA EXPERIÊNCIA DE POLÍTICA PÚBLICA

Assim que decidi que a experiência de participar do fórum de discussões do Programa Vitória Sem Homofobia seria uma das dimensões deste trabalho, fiquei particularmente ansioso por retornar ao Programa, pois apesar de ter participado, em 2005, de alguns eventos de implantação do Vitória Sem Homofobia e de ter acompanhado algumas ações, a pesquisa me proporcionaria estabelecer um contato mais sistemático.

A parte organizacional do Programa está no final deste trabalho em forma de Apêndice. Neste Apêndice localizo o Vitória Sem Homofobia na trama burocrática da Secretaria Municipal de Cidadania e Direitos Humanos de Vitória/ES, bem como narro o seu processo de gestação, no ano de 2005.

Lancei mão de um caderno de registros para ser uma espécie de diário de campo. Neste diário registrei as falas e os eventos que, de alguma forma, relacionavam-se com as questões que movem este trabalho de pesquisa: política pública enquanto construção do “comum” e sobre a política de subjetivação. Como já mencionei, na introdução deste trabalho, os conceitos lidos não seriam “aplicados” no Programa; nem este foi concebido como produtor de dados “empíricos” às minhas leituras teóricas. O que me move é a **relação** entre as questões que emergem desta experiência de participar do Programa e as questões das obras teóricas que estabeleci contato.

Algumas das falas e eventos que emergiram, nesta experiência, foram selecionados e seguem relatados abaixo. Ao fim de algumas falas e de alguns eventos relatados escrevi em negrito algumas indagações que expressam quais questões tais falas e eventos suscitam. Em algumas falas, por sua contundência e força, optei por não mencionar nenhuma indagação, por considerar estar evidente a justificativa de seu registro à luz das questões que expus nos capítulos anteriores.

Optei por registrar esta experiência de pesquisa no Programa em tópicos temáticos, para facilitar a exposição textual. Mas tal divisão não corresponde a uma seqüência cronológica. Muitos dos eventos relatados ocorreram simultaneamente. Os eventos

expostos ocorreram no decurso de um ano: do segundo semestre de 2008 ao primeiro semestre de 2009. Alguns processos e eventos importantes, como a organização da Parada LGBT 2009 (chamada pelo Fórum de Manifesto LGBT), não estão registrados pelo fato de que não os acompanhei de maneira sistemática, devido ao fator tempo: havia um prazo para escrever a dissertação. Tais eventos estavam atravessados por muitas questões, que merecem um acompanhamento mais contínuo, para que a análise possa se efetivar. Devido a esta restrição temporal, optei por concentrar a análise no Fórum LGBT, nas conversas com os integrantes do Programa nos corredores ou nas salas da SEMCID, ou em eventos públicos que consegui acompanhar mais detidamente a sua construção.

Iniciarei a exposição de minha experiência no Programa, relatando as questões que mais me inquietam no Fórum LGBT, cujas reuniões ocorrem em uma sala ou no auditório da SEMCID (Secretaria Municipal de Cidadania e Direitos Humanos).

6.1 O FÓRUM MUNICIPAL DE CIDADANIA LGBT

Após a aprovação no Mestrado de Psicologia Institucional da UFES, fui até à SEMCID informar aos servidores sobre meu desejo de pesquisar o Vitória Sem Homofobia e as questões que queria problematizar. Por já conhecer algumas pessoas que integram o Programa – servidores, militantes e pessoas sem laços com alguma entidade – a receptividade foi muito calorosa. Surgiram discursos do tipo: “Vários estudantes de graduação da UFES e das faculdades particulares têm procurado o Programa, pois o mesmo é objeto de pesquisa de suas monografias. Isso só fortalece o Programa, já que o mesmo não possui registro escrito oficial de sua construção.” Outros discursos do tipo: “Uma das ações que precisamos efetivar é a construção de uma memória do Programa, com registros escritos e visuais. Mais as tarefas do dia a dia engolem a gente”. – **Memória / instrumento de análise; tempo frenético / urgências cotidianas; expectativas em relação à pesquisa acadêmica: o que pode uma pesquisa?**

Praticamente todo o histórico de construção do Programa relatados neste capítulo e nos anteriores foi elaborado a partir de minha memória pessoal e das conversas que

estabeleci no Fórum e nos corredores da SEMCID. Ao me mover pelas salas da SEMCID, percebi que novas pessoas estavam integrando o Programa. Algumas pessoas já me conheciam; outras, servidoras ou militantes, eram pessoas que não participaram do processo de implantação. Em meu primeiro dia de reencontro com o Programa, fui recebido por um servidor que me informou de que à noite haveria reunião do Fórum. Este mesmo servidor me informou sobre um curso de qualificação profissional de travestis e transexuais que estava em andamento e que foi fruto das discussões do Fórum LGBT desde 2005, cujos membros sempre apontaram para a necessidade de ampliar as oportunidades de trabalho e renda de algumas pessoas mais expostas à discriminação social. **–A problematização deste curso possui um tópico próprio neste capítulo.**

Este mesmo servidor mencionou as dificuldades de se relacionar com o segmento LGBT, quando iniciou seus trabalhos no Programa. Seja pelo fato de nunca ter militado na luta das minorias sexuais, seja por não ter contatos sociais tão freqüentes com este público antes desta experiência no Programa. Expliquei para ele minhas questões de pesquisa. Ele começou a discursar sobre a necessidade de políticas públicas para o grupo LGBT no Brasil: - “Aqui existe o fenômeno da ‘bicha’ pobre, que não existe nos EUA, que possuem a ‘bicha’ rica [...]”. **– Que imagens de minorias precisamos para construir uma política pública?**

Na noite do mesmo dia, fui para o fórum. As pessoas, sete no total, já estavam discutindo a proposta de um novo regimento interno do fórum, quando cheguei. O Fórum estava alguns meses sem funcionar, devido a conflitos entre seus membros. A principal idéia que norteava a proposta de novo regimento é que o Fórum fosse representativo, ou seja, nas deliberações, só poderiam ter direito a voto representantes de entidades e do poder público. As pessoas sem vínculo associativo poderiam ter voz, mas não poderiam votar. Até então, todos os participantes, com vínculo com entidades ou não, ou que estivesse participando do Fórum pela primeira vez, poderiam participar das deliberações. Alguns dos presentes justificavam esta nova regra de funcionamento, para evitar que pessoas sem um vínculo consistente com o Programa interferissem nas decisões. Fato que já havia ocorrido em várias ocasiões. **Ser representante de entidade é garantia de vínculo efetivo com o Programa?**

Um dos presentes pediu para que me apresentasse ao grupo e o meu propósito de pesquisa, já que alguns não me conheciam. Após minha apresentação, um dos presentes começou a relatar casos de falta de ética de pesquisadores que entrevistaram algumas pessoas e depois tornaram públicos casos da vida privada dos entrevistados. Esta mesma pessoa arrematou: “[...] Agora virou moda pesquisar LGBT. Os pesquisadores só querem usar a gente. Só eles usufruem das vantagens de se pesquisar o segmento [...]”. Sugeri, insistentemente, que a questão da falta da ética na pesquisa deveria constar no regimento interno do fórum. Os demais presentes afirmaram a necessidade de se ter prudência em pesquisa, mas ressaltaram que tal questão não deveria ser incluída no regimento. – **Clima tenso. As pessoas parecem armadas para o combate. O que se passa? Sensação de pisar em ovos. Devo policiar minha fala?**

Como o grupo considerou o número de presentes pequeno para se votar o regimento, decidimos adiar a votação e iniciamos uma discussão sobre questões ligadas à temática LGBT. Um dos presentes afirmou ser contra políticas públicas para o segmento LGBT com recorte racial. Para essa pessoa, tais políticas dividiriam mais ainda o grupo: -“gay é gay”,-“ gay é tudo igual”. Um outro participante defendeu o recorte racial, apontando para a existência de um movimento chamado Rede Afro-LGBT. Segundo este mesmo participante, as transexuais possuem questões tão específicas que já não se reconhecem no movimento LGBT e se movem para o movimento feminista. – **Gay é tudo igual? Qual política de identidade precisamos: afirmação de uma única identidade sexual ou dispersão identitária? Precisamos de uma política de identidade?**

Nos comprometemos a convidar outras pessoas para se integrarem ao Fórum, principalmente, de entidades e enfim votarmos o regimento.

Duas semanas depois, houve nova reunião do Fórum. Havia menos pessoas em relação ao último encontro, apenas seis. Sendo que, apenas duas estavam na reunião anterior. Dois integrantes do Fórum relataram sua participação no Encontro de Centros de Referência LGBT da Região Sudeste ocorrido em Campinas/SP. Os dois afirmaram ter a sensação de que o que é feito em Vitória não é pouco, comparado-se a outros centros urbanos do país. Enquanto a maioria dos poderes públicos municipais possui Centros de Referência em prevenção de DST's para o

segmento LGBT, Vitória é uma das poucas cidades que possui um centro de referência de fortalecimento da cidadania LGBT, que se orienta pela oferta de serviços e combate ao preconceito por orientação sexual. Além do fato de que a maioria dos Centros de Referência não serem coordenados pelo poder público, mas por ONG's. O que, na visão de grande parte dos que atuam e militam por direitos de minorias sexuais, produziria uma fragilidade na condução da política pública, pois estas ONG's dependem de repasses de recursos públicos de prefeituras ou de governos de estados que não encaram as ações de fortalecimento da cidadania LGBT como prioridade. Tais ações dependem da vontade política e da articulação das ONG's e, portanto, podem acabar de um ano para o outro. A sensação se resume na seguinte frase de um dos presentes:- “Quando a gente está dentro (Programa), não percebe o quanto fazemos de significativo. Só o contato com outras realidades nos dá a consciência disso”.

Mesmo com esta avaliação positiva do Vitória Sem Homofobia, um dos presentes afirmou: -“É, mas tenho dúvidas se nossas ações estão conseguindo interferir no cotidiano das pessoas, principalmente, dos mais vulneráveis, que são as travestis e as transexuais”. – **Importante esta fala, que nos aponta uma ânsia em construir ações que efetivamente dêem conta do cerceamento de direitos no dia-a-dia das pessoas que vivem uma situação de vulnerabilidade social. Mas, ao mesmo tempo, com tal discurso não corremos o risco de fixar a imagem travesti = vulnerabilidade social?**

A reunião acabou sem que o regimento fosse votado, devido ao número pequeno de presentes. Nem todos os representantes de entidades estavam presentes. –**É, alguma coisa está errada.**

Devido a várias questões que estavam se delineando no campo de pesquisa, como o esvaziamento do fórum e os relatos sobre a experiência do curso de qualificação, pensei na estratégia de conversar com alguns integrantes fora do Fórum para entender melhor as questões que estavam em jogo. Nestas conversas, pedi a autorização para registrar as falas em áudio.

Iniciei a conversa com uma servidora da SEMCID. A sua escolha relaciona-se com o fato de ter demonstrado, em uma das reuniões do fórum, uma ansiedade em relação

ao fato de não saber se realmente as ações do Programa afetam o cotidiano de travestis e transexuais expostos ao que ela considera situações de vulnerabilidade social. Na conversa, a servidora relatou seu percurso profissional e político na área da saúde, tendo ocupado cargos comissionados em várias administrações municipais desde 1989, mesmo sendo funcionária efetiva. Mas o exercício de um cargo comissionado num Programa de políticas em defesa de direitos humanos e mais especificamente para o segmento LGBT parece ter sido uma inflexão em sua trajetória político/profissional. Além de ter produzido algumas mutações em sua forma de se envolver com a política: - “[...] Então eu passei a ver questões raciais, questões de gênero e de orientação sexual que eu não via antes[...]”. A servidora mencionou os conflitos que esvaziaram o Fórum. Segundo ela, as entidades não queriam mais dialogar entre si por causa de conflitos de concepções de como se executar uma política pública. Alguns “ciúmes” da relação da SEMCID com algumas entidades. A própria existência do Fórum foi colocada em questão. Após esta conversa, entendi o porquê da proposição da regra regimental de considerar as deliberações uma prerrogativa exclusiva de representantes de entidades: seria uma forma de reaproximar as entidades com o Programa.

Fui conversar com um militante cuja entidade participa do Programa desde sua implantação. Na conversa, em sua casa, ele demonstrou grande impaciência em lidar com outros militantes ou outras entidades: - “[...] Estas pessoas deveriam estudar mais. Elas não sabem sequer o que é uma política pública. Assim, qual a necessidade do Fórum? Para a prefeitura legitimar sua política como democrática? [...]”.

Para este militante, é preciso que as entidades fortaleçam o Programa, pensando e avaliando as ações. Mas, não acreditava na capacidade dos integrantes do Fórum em efetivar estas intervenções. Para ele, o discurso dos gestores e dos servidores era melhor e mais democrático que da maioria dos militantes. Se não fossem as intervenções dos servidores, o Programa e o Fórum seriam bem piores. – **Isso problematiza a visão clássica das relações entre Estado e movimentos sociais, as interferências produzidas pelos agentes de Estado ocupando o pólo negativo e as vozes do movimento social ocupando o pólo positivo/democrático. Em vez de nos perguntarmos o que são ou onde estão**

os movimentos sociais na atualidade, não seria mais útil nos perguntarmos o que se move? O movimento democrático circula apenas em alguns circuitos e é impossível vê-lo circular em outros (como em gestores em funções de Estado)?

Particpei de um novo encontro do Fórum para a votação do regimento interno. Desta vez, apareceram menos pessoas ainda. Só apareceram dois representantes de governo e três pessoas sem nenhum vínculo com entidades. Apareceram justamente aquelas pessoas cujo direito de voto era impedido pela proposta de regimento. Desânimo. Parada para lamentação...

Avaliamos que o ambiente estava “carregado”, “envenenado”. A relação entre o Programa e as entidades não estava boa. Relação entre as entidades pior ainda. - **Por que será? Disputa de território? “Não adianta falar que eu não te escuto”?** Chegamos a um ponto comum: não adiantaria mais insistir no fórum. Ou naquele formato de fórum. As pessoas e entidades não queriam mais se ouvir e não acreditavam mais no espaço. Mas como conceber uma política pública sem espaço público de construção de ações? Concluímos o quanto era importante se construir um novo espaço público para pensarmos políticas para o segmento LGBT. Como construir este espaço? Com quais parceiros? Com qual lógica de funcionamento? Terminamos a reunião com a tarefa de cada um pensar em idéias para construir um novo espaço. E cada um iria atrás de possíveis parceiros na construção deste espaço. E nos encontraríamos duas semanas depois.

Para o novo encontro do Fórum foram convidadas novas pessoas sem laços com entidades e antigos parceiros que há muito tempo não apareciam. A reunião desta vez estava cheia. A cada pessoa que chegava era preciso pegar mais cadeiras e abrir mais a roda. Um dos presentes relatou o que foi discutido na última reunião: como era importante construir um novo espaço de discussão. Ele parecia “pisar em tomates”: - “Vamos nos unir, sem conflitos e divergências.” – **Desejo de “paraíso”?** **As divergências são um problema em si? Somos tão iguais para que o conflito não se estabeleça? Não deveríamos nos perguntar: por que o conflito nos paralisa; por que não o suportamos?**

Passamos a maior parte do tempo ouvindo como cada um pensa a questão LGBT; muitas intervenções sobre casos de violência contra amigos e sobre a biografia pessoal. Apesar de intervenções neste sentido, não conseguimos estabelecer o que queríamos com aquele fórum, quais seriam suas atribuições efetivas na condução do Programa. Houve dispersão de temas e discursos. Após falas intimistas, análises dos mais variados assuntos, piadas e gargalhadas, decidimos que a forma de funcionamento do espaço estaria em aberto e seria desenhado, à medida que nos encontrássemos, numa periodicidade de quinze dias.

Nesta reunião, constatamos que, no início do programa, há três anos, havíamos estabelecido pensar ações de política pública nas várias áreas da administração municipal, como a educação, saúde, violência, cultura etc. As quais chamávamos de “eixos”. Decidimos retomar a discussão sobre os eixos. Como grande parte da reunião girou em torno de relatos de homofobia em espaços escolares, escolhemos o eixo educação. A metodologia que sugeri e que foi acatada pelo grupo para a discussão dos eixos foi a realização de eventos temáticos (como palestras, filmes, debates etc.), antes da realização dos encontros, para se discutir as ações que queremos para determinada área da administração.

Combinamos que, no próximo encontro, assistiríamos e debateríamos o filme de curta-metragem Amanda e Monique, que tematiza a presença de duas travestis no espaço escolar. No encontro posterior a esse evento, procuraríamos traçar quais ações de política pública podem ser realizadas para promover espaços escolares que valorizem a diversidade sexual e que problematizem o preconceito. Os presentes se comprometeram a convidar novos parceiros, como cidadãos interessados em discutir a temática, bem como militantes e gestores públicos ligados à educação para contribuir no processo.

Assistimos e refletimos sobre as questões abordadas pelo curta-metragem e, duas semanas, depois nos encontramos para pensar ações para a área de educação. Nos dois encontros, havia a presença de representantes de duas entidades, Associação de Gays de ES (AGES) e PLUR@L, mas, a maioria era formada por sujeitos sem vínculo com qualquer organização. No encontro sobre a discussão do eixo educação, a equipe de gestores fez uma retrospectiva das ações já realizadas desde 2005 e a proposta de ação para o ano de 2009. Pretende-se realizar um

curso de capacitação para os gestores, pedagogos e coordenadores de unidades de ensino da rede municipal de Vitória em direitos humanos e combate à homofobia. Houve uma articulação entre o Programa e a Secretaria Municipal de Educação, para que o curso integrasse a carga horária obrigatória de formação continuada destes profissionais. O grupo PLUR@L foi convidado pelos gestores do Programa para ministrar o curso.

Foram feitas algumas sugestões de articulações mais freqüentes do Programa, não só com a Secretaria de Educação, mas com unidades de ensino que, mesmo que não realizem projetos na área de diversidade sexual, possuam profissionais e gestores sensíveis à temática.

Mesmo com um número de participantes razoável, senti que os gestores, nestes últimos dois encontros, os do curta-metragem e o da educação, não tiveram a empolgação que habitualmente demonstravam em outros momentos. Informaram as ações, ouviram as sugestões, mas não demonstravam, como antes, que aquele espaço era importante para interferir nas ações do Programa. Um servidor chegou a mencionar que aquele espaço era importante por possibilitar uma sociabilidade entre as pessoas. Alguns servidores me relataram que não acreditavam que a maioria que compareceu aos encontros possuiria a capacidade de discutir política pública, mesmo com boa vontade. Os servidores não iriam apostar em encontros tipo fóruns. Para cada ação específica do Programa, os servidores saberiam com qual entidade ou sujeitos dialogar. Não só devido a uma suposta falta de qualificação de grande parte dos que estavam participando, “por boa vontade”, mas devido à relação de competição entre as entidades. – **Seria uma tática válida diante do impasse que o Programa vivia? Deveríamos julgar a postura dos servidores ou acompanhar e ajudar a produzir ações positivas, a partir desta nova orientação?**

As reuniões do Fórum continuam acontecendo com este novo formato e com esta composição. As entidades e o poder público municipal encaram cada vez mais o Fórum como espaço de encontro, de informes sobre as ações do Programa e das ações do movimento social local e nacional. Mas o Fórum cada vez menos interfere na elaboração e avaliação das ações do Programa Vitória Sem Homofobia ou de serviços como o Centro de Atendimento das Vítimas de Violência e Discriminação (CAVVID). Após vários movimentos, dos servidores, de militantes e de pessoas sem

vínculo associativo em transformar o Fórum em espaço de interferência coletiva em políticas públicas para o segmento LGBT de Vitória/ES, a impressão que tenho é que neste momento existe um acordo silencioso entre as partes de que aquele espaço não deve ser apropriado como instrumento de construção de políticas públicas. É um espaço de informes e de “sociabilidade”. Algumas interferências até podem ser produzidas, mas mínimas em relação ao que concebíamos na implantação do Programa em 2005.

Aquele desejo inicial de composição com o outro e de interferência nas políticas públicas pode estar adormecido pela trama do jogo atual. Mas, o jogo pode mudar, outras questões podem produzir o fortalecimento daqueles desejos. Nem tudo está perdido ou dominado. Estamos à espreita.

6.2 O CURSO DE QUALIFICAÇÃO DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS

Paralelamente a minha participação no Fórum, tentei estabelecer contato e conversar com as pessoas que acompanharam mais de perto o curso de qualificação de travestis e transexuais. E através delas, estabelecer contato com as alunas. A idéia de um curso de qualificação para o segmento LGBT surgiu dos primeiros encontros do Fórum. Já o planejamento e a execução do curso foi fruto de uma parceria entre o Programa Vitória Sem Homofobia, a Secretaria Municipal de Trabalho e Geração de Renda (SETGER) e a Associação de Gays de ES (AGES). A AGES foi a campo abordar as travestis e as transexuais, motivá-las e perguntar sobre suas demandas de qualificação. As duas demandas mais solicitadas foram culinária e estética. Não conseguimos estabelecer contato com os membros da AGES para falar sobre o curso de qualificação. Seja porque eles estavam envolvidos com várias atividades, como a organização da Parada Gay 2008. Seja porque não houve disposição da ONG para falar sobre o curso, toda vez que era mencionada a palavra ‘pesquisa’. E considero que alguns de seus membros associavam minha presença ao grupo PLUR@L - **Lá vem esse pessoal da UFES em nosso terreiro.**

Conseguí conversar com duas servidoras da Secretaria Municipal de Trabalho e Geração de Renda (SETGER). Elas me relataram que os cursos de culinária e estética foram ministrados pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). E foram antecedidos por um curso de Direitos Humanos ministrado pela

equipe da SEMCID. As profissionais relataram a situação de precariedade sócio-econômica em que viviam quase todas as 40 alunas. A maioria não possuía a escolaridade básica. Grande parte delas eram profissionais do sexo. A experiência da qualificação despertou o interesse em concluir a escolarização em seis alunas, que foram encaminhadas para o Programa de Jovens e Adultos da Prefeitura de Vitória. Diante da afirmação das gestoras de que algumas alunas já estavam atuando na área em que cursavam, perguntei se devido a este fato tais alunas abandonaram o trabalho sexual. Uma das profissionais respondeu: “Não. O pessoal da AGES diz que a intenção é incentivá-las a abandonarem a rua. Mas a opção é delas. O que a AGES quer é ampliar as alternativas de trabalho”. – **Ampliar opções de trabalho para grupos discriminados é importante. Porque toda travesti tem que ser, necessariamente, trabalhadora do sexo? Mas por que não criar estratégias de fortalecer o trabalho sexual para aquelas que optarem pela rua? Como nos disse um integrante do Fórum que acompanhou o processo de construção do curso: “Por que não fortalecemos as criações cotidianas das travestis, as suas redes de sociabilidade como arma contra a violência e o preconceito? Por que tratá-las apenas como vítimas que necessitam de um serviço público reparador?”.**

6.3 HOMOFOBIA EXPLÍCITA: MÍDIA E CÂMARA MUNICIPAL

No período em que reestabeleci contato com o Programa Vitória Sem Homofobia foi lançado em Brasília pelo Governo Federal o Plano Nacional de Promoção da Cidadania LGBT. O referido documento lista várias ações que objetivam garantir os direitos de minorias sexuais, sublinhando a educação como área prioritária de intervenção. Devido à visibilidade do plano em nível nacional, a imprensa local estabeleceu contato com o Programa para saber sobre as ações da Prefeitura de Vitória/ES para o segmento LGBT. O jornal impresso ‘A Gazeta’, cuja leitura se concentra nas classes média e alta da cidade, entrevistou uma servidora da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania. Em uma das reuniões do Fórum, a servidora nos relatou que a jornalista queria saber sobre as ações da Secretaria e sobre as demandas do movimento. A servidora mencionou, na entrevista, a reivindicação do movimento nacional de travestis e transexuais de utilizar o banheiro

feminino em ambientes públicos como a escola. Segundo a servidora, ela chegou a frisar: -“Precisamos começar a discutir isso”.

O jornal A Gazeta de 03 de maio de 2009 elaborou uma matéria de página inteira sobre políticas públicas e direitos para o segmento LGBT. Uma matéria positiva, que abordava os avanços sociais e legais referentes ao tema. Porém, o jornal cometeu um equívoco que produziu um dos maiores casos de homofobia explícita que a cidade de Vitória presenciou. Um dos subtítulos da matéria era: “Prefeitura de Vitória garante presença de gays em banheiros femininos das escolas da rede municipal” (A GAZETA, 2009a, p.04). Uma demanda de travestis e transexuais se transformou na matéria em direito já garantido aos gays masculinos. A reação de setores homofóbicos da cidade foi imediata. O jornal concorrente A Tribuna, de estilo sensacionalista e campeão de vendas em quase todos os estratos sociais, realizou no dia seguinte uma enquete com transeuntes do Centro de Vitória: “Você concorda com o fato da Prefeitura de Vitória permitir que gays masculinos utilizem o banheiro feminino nas escolas municipais?” (A TRIBUNA, 2009a, p.17). Todas as respostas a esta estapafúrdia pergunta foram negativas, reforçando a idéia de que as ações do Programa Vitória Sem Homofobia eram irresponsáveis.

Na mesma semana, o jornal A Tribuna (2009b) noticiou uma nota de repúdio de todos os vereadores da Câmara Municipal de Vitória, inclusive os da base aliada da Prefeitura, ao suposto direito de gays masculinos entrarem no banheiro feminino das escolas. No dia seguinte, o jornal A Gazeta (2009b) elaborou uma matéria positiva sobre famílias homoafetivas, mas, em nenhum momento, emitiu nota para desfazer o mal entendido que produziu. Mesmo após alguns contatos de militantes. No mesmo dia, o jornal A Tribuna ainda registrava as repercussões negativas da suposta irresponsabilidade da Prefeitura e do Programa. Os dois jornais ficaram praticamente uma semana em “guerra” pela questão das minorias sexuais: A Gazeta com matérias “progressistas” para o seu público “bem esclarecido” e A Tribuna denunciando a “imoralidade”.

Nesta mesma semana, os participantes do Fórum Municipal e outras entidades da região Metropolitana e do interior participaram da instalação da Frente Parlamentar de Defesa da Cidadania LGBT da Assembléia Legislativa do Estado/ES. Tal evento já estava sendo planejada a meses e quis o destino que se realizasse na semana da

“guerra” jornalística. Após a instalação da Comissão, fomos para frente da Assembléia fazer o Ato de Defesa da Visibilidade e da Cidadania LGBT. Éramos cerca de sessenta pessoas; ficamos fazendo discurso com um trio elétrico nas escadarias da Assembléia, que fica em frente ao mais freqüentado Shopping Center do Estado; em uma região nobre de Vitória, a Enseada do Suá, onde poucas vezes se registraram atos políticos. O ato produziu visível interferência naquele espaço. As pessoas, de sacolas de compra esperando os ônibus ou tirando o carro do estacionamento, foram obrigadas a nos ouvir.

Em contato com as pessoas no Ato Público procurei conversar sobre as matérias de A Tribuna e a homofobia dos vereadores. Todos estavam muito indignados. Mas, a conversa com um dos presentes me emudeceu. Ao me ouvir dizer que deveríamos fazer alguma coisa e que o próprio Ato deveria ter sido em frente à Câmara e não na Assembléia ouvi: “Isso é briga de cachorro grande. Não devemos nos meter. O secretário (responsável pela SEMCID) é quem deve responder”. - **O que se passa? Por que as entidades não se mobilizam para responder à Câmara?**

Em conversa com algumas pessoas do Fórum e mesmo com os integrantes do PLUR@L, não ouvi discurso diferente. Um dos integrantes do PLUR@L chegou a dizer: “Isso é fruto da incompetência das pessoas do Vitória Sem Homofobia. Eles é que devem dar a resposta”. - **Quer dizer que não é só a AGES que não está disponível para o diálogo? O Vitória Sem Homofobia são os “outros”?**

Assim foi encarada a homofobia da Câmara Municipal. Houve conflitos, mas o jogo ficou restrito às batalhas de poder entre a Câmara e a SEMCID. Ameaças de demissão de servidores em cargo comissionado; estudo de processo judicial contra os vereadores. Ou seja, uma batalha. Mas uma batalha longe de ser **pública**. E isso com a nossa convivência: movimentos sociais, pessoas que participam do Fórum, mas não possuem laços com entidades. Inquietava-me a nossa extraordinária incapacidade de respondermos coletivamente, no calor dos acontecimentos, a fatos tão grotescos, cujo combate é uma das razões de ser das entidades. Se não conseguimos responder coletivamente a isso, o que podemos fazer juntos?

Dois meses depois, um militante conseguiu a cópia da sessão da Câmara em que se elaborou a nota de repúdio contra o Programa e convocou os integrantes do Fórum

municipal e outras organizações LGBT do estado para assistir ao vídeo e pensar o que fazer. As cenas e falas eram deploráveis. Um vereador “indignado” insinuava que os meninos iriam se fazer de gays só para entrar no banheiro das meninas. Outro dizia que imaginava sua mãe ou avó entrando em um banheiro público com um travesti dentro, com aquela “coisa enorme para fora”, “contaminando os vasos sanitários com doenças sexualmente transmissíveis.”

Não assistimos a todo o vídeo em respeito a uma pessoa presente que disse que não se sentia bem em continuar ouvindo os discursos. Decidimos pensar quais ações faríamos. Boa parte dos presentes estava indignada e queria fazer “paneleço” na Câmara. Mas, ponderei, junto com alguns dos presentes, se já não estava tarde demais para a “indignação”. Ato de indignação são importantíssimos, mas não dois meses após o ato homofóbico. Por que não reagimos no momento? Precisávamos assistir ao vídeo para nos indignar? A nota de repúdio da Câmara contra o Programa já não é fato suficiente de homofobia? Deveríamos fazer alguma ação, mas não era bater panela na Câmara, pois a cidade e nem a própria Câmara entenderiam. – **Apesar de ser um dos que formularam este discurso, sua formulação nos indica como o fator mídia e seu ritmo temporal nos afetam, até em nossos atos de resistência. Dois meses depois, o assunto já perdeu o “atrativo” midiático; portanto, nesta lógica, nossas ações políticas devem ser cada vez mais frenéticas, devem acompanhar o calor do turbilhão midiático. Dois meses depois, aquela sessão da Câmara Municipal continuava nefasta, mas a resistência a ela perdeu força, pois não acompanhou o ritmo temporal do próprio veículo de comunicação que produziu a homofobia.**

Decidimos que deveríamos denunciar a vários organismos internacionais, nacionais e estaduais a sessão homofóbica da Câmara como violação dos direitos humanos. O Fórum Municipal deveria elaborar um documento para encaminhar ao Conselho Municipal de Direitos Humanos. Em outra frente, deveríamos estabelecer contato com vereadores “progressistas” da Câmara, que possuem bom diálogo com o movimento social LGBT para construirmos um canal de diálogo com os demais vereadores. Este foi um dos pontos mais polêmicos: haveria “progressistas” na casa depois que todos assinaram a nota de repúdio? Sobre esta questão, nos unimos aos presentes que sustentaram que as cenas do vídeo demonstram no máximo cinco

vereadores “indignados” – até onde podemos assistir – e a maioria dos vereadores sem saber o que fazer naquele “vendaval moralista”. Em nossa leitura, os vereadores que conhecem o Programa e possuem diálogo com alguns militantes e entidades demonstravam em seus semblantes não saberem o que estava acontecendo. Uma mistura de desinformação – isso por si só é deplorável em um agente público – somado a uma certa permeabilidade ao discurso fácil do moralismo – “nossas crianças estão em perigo” – produziu o fato de todos acataram o apelo de assinar a nota de repúdio. Não se tratava de minimizar a atitude destes vereadores ditos “progressistas”, mas de apontar que havia possibilidade de aliados na instituição.

Uma semana depois, o Fórum Municipal se reuniu para formalizar o que a reunião ampliada da semana anterior tinha decidido. A maioria dos presentes, nesse encontro do Fórum, não estava presente na reunião ampliada em que assistimos ao vídeo. Elaborei um discurso de que não se tratava de defender os servidores ou gestores do Programa, mas de fortalecer o Programa diante de um ataque do poder legislativo municipal. Portanto, deveríamos elaborar um documento informando a lamentável nota de repúdio ao Conselho Municipal de Direitos Humanos. E, ao mesmo tempo, construir um diálogo com os vereadores para esclarecê-los sobre as ações do Programa e as demandas dos movimentos sociais.

Dois integrantes do Fórum, apesar de concordarem em conversar com os vereadores, não concordavam com a elaboração de um documento para o Conselho de Direitos Humanos. As falas eram: “O vereador X - citou o nome de um vereador - sempre está de portas abertas para conversar; por que envolver o Conselho de Direitos Humanos nisso”; “ O banheiro feminino para travestis é uma falsa bandeira, pois as travestis bem educadas já são aceitas no banheiro feminino; as que não são aceitas são as “barraqueiras”.

Diante de falas como estas, uma militante se exaltou: “Espero que vocês não se reúnam com vereadores para tratar de assuntos de travestis, por que de direitos de travestis quem entende somos nós travestis”. Esta mesma militante disse que iria entrar no Ministério Público sozinha contra a Câmara, pois como travesti estava ofendida. Um dos presentes retrucou: “Isto mesmo, foram as travestis as ofendidas, então as travestis são as que devem fazer alguma coisa”. – **Cada um com sua**

identidade; cada um com sua luta; cada macaco no seu galho. Por que estamos juntos aqui mesmo?

A reunião acabou sem consenso sobre o documento para o conselho. Todos concordaram sobre estreitar o diálogo com a Câmara, alguns se comprometeram a marcar reunião com alguns vereadores, mas até a elaboração desta escrita o encontro não ocorreu.

6.4 O CAVVID

Uma questão que sempre compareceu nas reuniões e conversas com os participantes do Fórum e do Programa foi a reclamação sobre o atendimento no Centro de Atendimento às Vítimas de Violência e Discriminação (CAVVID), serviço ligado a vários setores da SEMCID, entre eles ao Programa Vitória Sem Homofobia. O CAVVID se propõe a atender demandas de pessoas que sofrem violência por questão de gênero, orientação sexual e raça. Em conversa com algumas pessoas que freqüentam o Programa e que já utilizaram ou conhecem pessoas que utilizaram o serviço do CAVVID, ouvimos a queixa sobre o não acolhimento do serviço às suas demandas. O CAVVID registra números irrisórios de atendimento de travestis e transexuais e mesmo de outras minorias sexuais. Mesmo sendo difusa, a sensação de que o uso da violência contra esse segmento é altíssima.

Tivemos acesso ao Relatório de atendimentos às Vítimas de Violência no CAVVID de janeiro a novembro de 2008. Nesse documento, estão registrados apenas 6 atendimentos de violência ou discriminação a minorias sexuais, num universo de 449 atendimentos. Sobre esta questão, que não é específica do Programa do município de Vitória, mas comum a vários centros de referência do Brasil, alguns militantes elaboram falas do tipo: “o segmento LGBT não se sente acolhido pelos funcionários”; “não basta ser técnico, tem que conhecer os sujeitos”; “as travestis já possuem suas estratégias de defesa contra a violência”; “elas não querem a tutela do Estado, pois o Estado sempre foi uma ameaça a sua integridade física”. Por parte de alguns servidores, as falas são: “[...] as travestis não se vêem como sujeitos de direitos [...]”; “[...] os militantes gostam de criticar o serviço, mas não estão disponíveis para construirmos estratégias para que o serviço seja acessado pelas pessoas que sofrem violência”.

Particpei de uma reunião no Fórum, com a presença da responsável pelo CAVVID em que os participantes se perguntavam: quais estratégias podem ser pensadas para garantirmos um efetivo serviço de combate à violência contra as minorias sexuais? Minha intervenção foi no sentido de que a possível estratégia poderia ser a articulação dos servidores do CAVVID, pessoas sem vínculos sociais com o segmento, com entidades de forte inserção em ambientes de minorias sexuais, principalmente, de travestis que trabalham na rua à noite, pessoas mais expostas a agressões.

A responsável pelo CAVVID ponderou que acenos de articulação desta natureza já foram feitos pelo CAVVID a entidades, mas elas não se propõem a realizar um trabalho de abordagem conjunta com o CAVVID. – **Cada um na sua.** Ela considera que o servidor, mesmo não tendo inserção no ambiente LGBT, pode desenvolver, com o tempo e muita qualificação, a sensibilidade necessária ao atendimento de minorias sexuais. – **Toda estratégia tem suas possibilidades e riscos.**

Em uma das reuniões do Fórum, a servidora do CAVVID nos informou que o órgão, por intermédio de uma emenda orçamentária de uma parlamentar capixaba, tinha conseguido verbas federais para a realização de um curso de formação de profissionais da educação da rede municipal de ensino de Vitória sobre a temática homofobia. O grupo PLUR@I foi convidado a planejar e ministrar a formação. O curso de formação começou a ser ministrado cinco meses após este anúncio para mais de trezentos profissionais divididos em oito turmas. Em cada mês, o curso foi ministrado para duas turmas, totalizando quatro meses de curso. Demonstrei interesse em acompanhar e participar do processo de planejamento do curso, tendo em vista esta pesquisa. No decorrer do processo de planejamento, consolidamos o processo de pertencimento ao PLUR@L, que estava se gestando a mais de dois anos. Participamos não só do planejamento, como da execução do curso junto aos profissionais do magistério municipal. Optei por não citar e analisar as questões que emergiram do curso, por serem questões muito ligadas ao campo educacional: o saber pedagógico, a instituição escola, o professor, o pedagogo, o aluno, a relação magistério e Prefeitura, a noção de capacitação, quem capacita quem? Ou seja, se adentrássemos na experiência do curso de qualificação, dispersaríamos nossos

esforços de análise, inviabilizando a concentração necessária, para se produzir uma consistência analítica.

6.5 UM POUCO DE AR PURO

Nas semanas que seguiram à infeliz sessão da Câmara Municipal, vários servidores do Programa ficaram abalados devido ao discurso homofóbico e ao ataque pessoal que receberam de alguns vereadores, que os desqualificaram da tribuna daquela casa de leis. Nesse mesmo período, saiu uma reportagem do jornal A Gazeta sobre três travestis que denunciaram uma boate da Praia do Canto - bairro nobre da cidade - cujo dono e funcionários as impediram de entrar no estabelecimento, sob a alegação de que as três travestis não atendiam ao perfil dos clientes desejados pela boate.

As três travestis acionaram a polícia, registraram queixa de discriminação e procuraram o jornal para relatarem o fato. O jornal fez uma reportagem de página inteira sobre o episódio, com foto central das três vítimas. Li esta reportagem em uma das salas do Programa. Em conversa com uma servidora, que foi duramente desqualificada por alguns vereadores, soube que, normalmente, quando o Programa tem informação sobre um ato homofóbico como este, os servidores procuram as vítimas e as encaminham para os serviços disponíveis, inclusive à imprensa. Neste caso, as próprias travestis fizeram todos os procedimentos. O que era motivo de satisfação para a servidora. Pensamos sobre o fato de as três não se calarem, não acharem o ato da boate “natural” – “[...] todos devem saber o seu lugar [...]”. Pensamos na possibilidade deste episódio ser um desdobramento, entre outras coisas, das ações do Programa, da circulação da idéia entre os meios LGBT’s da cidade de que possuem direitos. Mas também de outras interferências: certos setores da mídia, atos e discursos de movimentos nacionais, melhor acesso a informação etc. O importante é que interferências estão sendo feitas.

No momento em que o Programa se fragilizou - ataques verbais de vereadores e de um jornal impresso; nossa incapacidade de reagir politicamente aos ataques; o “cada um na sua” de todas as entidades – surgia um episódio que nos dava gás, recarregava as nossas energias. A minha sensação e a da servidora era: nem tudo está perdido. Apesar dos tropeços, as interferências estão produzindo episódios que

não esperávamos: um dos dois maiores jornais do estado dar atenção privilegiada a um episódio que todos sabem que sempre ocorreu, mas nunca virou notícia. Por que um ato tão corriqueiro – expulsar e agredir travestis - agora ganha ares de matéria jornalística? As travestis em questão não gritaram, não “baixaram o barraco” como “sempre se espera de um travesti”. Os servidores do Programa não foram protagonistas do acesso aos serviços de defesa dos direitos dos cidadãos. Como todos nós, o Programa foi informado do episódio e depois estabeleceu contato com as três vítimas. Se o Programa, enquanto instância do poder público municipal se fragilizava, o Programa, enquanto interferência subjetiva, enquanto força democrática, estava vivo e potente.

7. É POSSÍVEL CONCLUIR?

“É veado e fuma maconha. Se ele viesse aqui eu o alcançaria e o estupraria em praça pública”. Esta fala atribuída ao governador de Mato Grosso, André Puccinelli, foi dita em 21 de setembro de 2009, como resposta do civilizado agente público do Centro-Oeste brasileiro ao ministro do Meio Ambiente Carlos Minc. O fato que ocasionou o “refinado” discurso foi a recente aprovação do Plano de Zoneamento Agroecológico da Cana de açúcar, que estabelece regras para o plantio da cana.

A assertiva do governador foi dita, quando o processo de escrita deste trabalho já estava bem adiantado. Consideramos que a assertiva infeliz do governador possui o poder de sintetizar vários dos problemas que o trabalho se propõe a pensar.

A imagem da praça pública, portanto o ‘público’, tão importante para várias gerações de brasileiros que, ontem e hoje, se moveram e se movem para a construção de relações sociais mais democráticas, transforma-se na fala do governador em espaço privilegiado de exposição de nossas desigualdades: machos versus viados; cidadãos de bem versus maconheiros. Na ânsia de defender os interesses do agronegócio de seu estado, o governador redesenhou a imagem da praça pública como lugar de demarcação das desigualdades, de quem pode e quem não pode, quem manda e quem obedece.

Sem falar no fato de reafirmar uma imagem muito difusa, algumas décadas atrás, inclusive em grupos de esquerda tradicionais, de que a defesa do meio ambiente “só

pode ser coisa de viado e de maconheiro”. Homem de verdade está do lado da produção econômica, do capital que gera empregos e dividendos fiscais ao Estado. Está do lado das máquinas que rasgam a terra e fertilizam o solo. E esse macho potente, em seus cálculos de punição, não descarta a possibilidade de ter relações carnais com o oponente, só para mostrar o que o verdadeiro macho brasileiro faz: “come” mulheres, viados e o meio ambiente⁷.

Esta declaração se transformou em anedota nacional e o governador se apressou em pedir desculpas públicas ao ministro. Apesar de, lentamente, estarmos construindo um ambiente público que constrange declarações como estas que, devido ao seu explícito sentido homofóbico, não é admitido pela vigilância do “politicamente correto”, sabemos o quanto seus valores perversos ainda nos habitam e, verbalmente ou silenciosamente, negam o acesso aos direitos básicos da cidadania e, o que é pior, nos incitam a ter um modo de vida sem o senso do exercício ético.

Nesta perspectiva, as políticas públicas focadas na temática das minorias sexuais e de gênero, que emergem pelo Brasil inteiro, representam uma interferência fundamental para o exercício democrático em nosso país. Mesmo com seus impasses e paradoxos. A atual não disponibilidade de escuta e de composição entre as entidades de defesa dos direitos das minorias sexuais do Programa de Vitória/ES, apesar de problemática e nociva para a afirmação do Programa, enquanto política pública e não um mero programa da Prefeitura da cidade, não impede que o Vitória Sem Homofobia continue tendo sua força, enquanto interferência subjetiva. A “guerra” entre os jornais, o ato Público diante do Shopping e a atitude das travestis que não consideraram “natural” o tratamento que lhes foi dispensado por uma conceituada casa noturna são indícios de que estamos mergulhados no processo de redefinição do que é espaço público e o que são e para quem são os direitos da cidadania. O que salientou Foucault (1979), em relação a vida erótica, podemos afirmar em relação à democracia: a luta pelos direitos das minorias sexuais não diz respeito apenas às minorias sexuais. A ampliação do acesso aos direitos por minorias sexuais, como por qualquer minoria, possui a força de redimensionar o campo do possível, a nossa forma de se mover

⁷ Essa questão nos remete à teoria sobre a vida erótica do brasileiro elaborado por Fry e MacRae (1985). Ver quinto capítulo deste trabalho: Movimentos de Minorias Sexuais no Brasil.

pela cidade e estabelecer contato com o “público”. Assim, o Programa não é importante apenas para o segmento LGBT, mas para a cidade, se o que estiver em jogo for a construção de um ambiente público de respeito à diversidade e de contaminação com a diferença.

Paralelo a este potencial ético e estético do Programa, relatamos, neste trabalho, o quanto as entidades e os servidores do programa se encontram numa relação tensa e de não disponibilidade para a composição. Podemos ler este ambiente de beligerância como efeito da política de identidade que atravessa todas as minorias sociais e com força avassaladora no segmento LGBT. Simões e Facchini (2008) afirmam o quanto é difícil a convivência não só das identidades sexuais que lutam por direitos, mas também a diversidade de grupos e ONG's que representam diferentes identidades sexuais e possuem as mais variadas finalidades.

Além das desconfianças mútuas entre lésbicas, gays, travestis, bissexuais, transexuais e intersexuais, existem desconfianças e competição pelos poucos recursos públicos entre organizações de defesa dos direitos de homossexuais, de defesa de direitos de lésbicas, de defesa dos direitos de lésbicas negras, de combate à AIDS, de defesa dos direitos de travestis, de defesa dos direitos de transexuais, de defesa de direitos de intersexuais, de redução de danos, de diversidade sexual e de gênero, associações de organização de Paradas LGBTs, organizações de fomento ao mercado de consumo gay etc.

Em Vitória/ES, as três entidades de maior inserção no Programa representam esta dispersão de finalidades: A AGES é uma ONG dedicada ao combate às DST's e de oferta de serviços a várias identidades sexuais; a Associação Capixaba de Redução de Danos (ACARD) é especializada em redução de danos em usuários de drogas e aborda profissionais do sexo em vias públicas; o PLUR@L é um grupo de diversidade sexual e de gênero da universidade federal que intervém em eventos acadêmicos e recentemente oferta cursos sobre a temática. Para muitos militantes e servidores do Programa, esta diversidade de finalidades e lugares sociais dos membros dos três grupos – os membros da AGES são mais velhos, alguns já tiveram extensa exposição pública como travestis ou transformistas de boates gays da Região Metropolitana, além de serem majoritariamente de origem popular; os integrantes do PLUR@L são percebidos como jovens recém formados no curso

superior e crítico em relação ao discurso identitário; e os membros da ACARD não são necessariamente militantes do movimento LGBT - produziu este ambiente de não disponibilidade de escuta e composição.

O episódio envolvendo a homofobia dos vereadores do município foi sintomático. Uma militante esbravejou: “[...] dos direitos de travestis quem entende são os travestis”. E o interlocutor retrucou: “[...] foram as travestis as ofendidas, então são as travestis que devem fazer alguma coisa”. Não tenho dúvidas de que devemos criar espaços, para que grupos socialmente marginalizados possam elaborar discursos sobre si mesmos, sem a tutela discursiva do outro, seja o especialista ou o militante bem intencionado. Mas, a questão em análise neste episódio é: a agressão aos travestis diz respeito exclusivamente aos travestis? Além das questões específicas dos travestis e das minorias sexuais, o que está em jogo não são os valores democráticos de justiça e igualdade? Existem discursos com mais autoridade e discursos com menos autoridade, quando a agressão for direcionada a um grupo social específico?

Não se trata de negar a produção de identidades. Não consigo vislumbrar o acesso de direitos, sem que grupos sociais marginalizados não se movam pelo campo identitário. O equívoco é pensar que a resistência dos grupos sociais marginalizados aos exercícios de poder se esgota no plano do acesso aos direitos. Se entendemos o poder no sentido foucaultiano de força que estreita o campo do possível e nos incita a produzir determinados modos de vida, a resistência passa a ser pensada como a força que temos de produzir outros corpos e desejos políticos e eróticos. Um investimento estético que produz desdobramentos até no plano dos direitos: não apenas o acesso aos direitos já existentes – leia-se modos de vida instituídos – mas a produção de novos direitos.

Antônio C. S. Paiva (2008), em artigo sobre a homossexualidade se refere a um novo direito relacional que Foucault vislumbrava como uma das potencialidades dos movimentos de minorias sexuais:

Diante da decomposição das formas tradicionais de relacionamento (família e matrimônio) e das novas modalidades de economia dos sentimentos, Foucault encontra nos experimentos homossexuais uma oportunidade e uma atualidade: dado o desmapeamento do eu e dos laços sociais destinados a codificar as vivências amorosas e a coexistência entre os

indivíduos , Foucault convida-nos a ver, na moderna experiência da homossexualidade, um jogo experimental a partir do qual pode se dar a invenção 'ainda improvável' de novos relacionamentos: 'Que relações, através do homossexualismo, podem ser estabelecidas, inventadas, multiplicadas e moduladas?', retomamos sua indagação (PAIVA, 2008, p.56).

Uma política exclusivamente identitária produz a diminuição de nosso limiar de escuta e composição com o outro; além de diminuir nossa disponibilidade de produzir diferença, ou seja, deixar de ser grupo marginalizado e se fazer minoria. Mas, as políticas de identidades nem sempre são obstáculos aos processos de minoração. Vamos lembrar dos movimentos de minorias dos anos 1970, como o SOMOS e o jornal O Lampião. Apesar de todo investimento em se constituírem enquanto um grupo com identidade e “consciência homossexual”, estes movimentos não deixavam de elaborar uma política de alteridade com as mulheres, os negros, as/os profissionais do sexo, os/as operários/as e outras minorias. Estas lutas não eram consideradas lutas do “outro”, mas “nossas lutas”, já que eram lutas de minorias. E minorias, como citamos anteriormente na fala de João Silvério Trevisan (apud SIMÕES e FACCHINI, 2008), eram modos de vida que escapavam da “institucionalização”.

Portanto, o que devemos questionar no Vitória Sem Homofobia não é a profusão de identidades sexuais e sociais, mas sim o nosso investimento ético, político e de desejo. Qual economia política e de desejo nos habita? Por que insistimos em reduzir o potencial de política pública do Programa?

8. REFERÊNCIAS

AGUIAR, Kátia. Movimentos sociais: armadilhas e escapes na sociedade de controle. **Saúde Loucura**, São Paulo, n.6, p.92-99, 1997.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil sem Homofobia**. 2004.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira L. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p. 153 a 172.

_____. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CÂMARA repudia gays em banheiros femininos. **A Tribuna**, Vitória, 05 de maio. 2009a. Política 20

CONFERÊNCIA NACIONAL DE GAYS, LÉSBICAS, BISEXUAIS E TRANSEXUAIS –GLBT, 2008, Brasília. **Anais**. Brasília: Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2008.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Felix. **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia**. São Paulo: Editora 34, 1996.

_____, Gilles. Desejo e Prazer. Tradução: Luiz B. Orlandi. IN: PEALBART, Peter. **Cadernos de Subjetividade**. São Paulo: PUC-SP, v.1, n.1, p.57-65, 1993.

_____. **Conversações**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.

_____. **O bersonismo**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

EIRADO, André. do; PASSOS, Eduardo. Cartografia como Dissolução do Ponto de Vista do Observador. In: PASSOS, Eduardo., KASTRUP, Virginia. e ESCÓSSIA, Liliana. (orgs.). **Pistas da Cartografia: pesquisa intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009, p.109-130.

_____, André. do. Voltar as costas para o tempo: o problema da subjetividade em Bergson. **Saúde Loucura**, São Paulo, ano 6, v. 1, n. 6, p. 208 – 220, 1997.

FAMÍLIAS Diferentes. **A Gazeta**, Vitória, 07 de maio. 2009b. Dia a dia, p.5-6

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 3 ed. Rio de Janeiro: ed. Graal, 1979.

_____. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 15 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. **História da Sexualidade II: o uso dos prazeres**. 13 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2009.

_____. **Ditos e Escritos: Ética, sexualidade, política.** Rio de Janeiro: Forense, 2004.

FRY, Peter; MACRAE, Edward. **O que é homossexualidade.** 3 ed São Paulo: Brasiliense, 1985.

GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely **Cartografias do desejo.** Petrópolis: Vozes, 1986.

HARDT, Michael e NEGRI, Antonio . **Multidão: Guerra e Democracia na Era do Império.** Rio de Janeiro: Record, 2008

LAZZARATO, M. **Lutas de “minorias” e política do desejo.** Disponível em: <<http://www.rezoma.net/interna.php?id=193&secao=desbunde>>. Acesso em 27 set. 2008.

LOURAU, René. Implicação e Sobreimplicação. In: ALTOÉ, Sônia (org.). **René Lourau: Analista em Tempo Integral.** 1 ed. São Paulo: HUCITEC, 2004, p. 186 - 198.

LOURO, Guacira L. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer.** . 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MILK – A voz da liberdade. Direção: Guns Van Sant. Roteiro: Dustin L. Black. Distribuidora: Paramount Pictures. EUA, 2008.

MISKOLCI, Richard. A teoria queer e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, v. 1, n. 29, 2009, p. 150-182.

PAIVA, Antonio. C. S. Amizade e modos de vida gay: por uma vida não fascista. In: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval. M.; VEIGA-NETO, Alfredo. ; SOUSA FILHO, Alípio. (orgs.). **Cartografias de Foucault.** 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008, p. 53 - 68.

PRECIADO, Beatriz. **Multidões queer.** notas para uma política dos “anormais”. Disponível em: <www.intersexualite.org/MULTITUD_ES_queer.pdf>. Acesso em 13 Jul. 2008.

PREFEITURA de Vitória garante presença de gays em banheiros femininos das escolas da rede municipal. **A Gazeta**, Vitória, 03 de maio. 2009a. Dia a dia, p. 4.

Relatório de Gestão do CAVVID: agosto de 2006 a dezembro de 2008. Vitória, PMV-SEMCID, 2009.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental:** transformações contemporâneas do desejo. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

_____. **Psicologia: Subjetividade, Ética e Cultura.** IN: **Saúde Loucura: Subjetividade,** São Paulo, ano X, v. 6, n.X, p.13-21, 1997a.

_____. Toxicômanos de Identidade. In: LINS, Daniel (org.). **Cultura e Subjetividade**. . 1 ed. Campinas: Papirus, 1997b, p. 14-25

_____. **Guerra dos gêneros & guerra aos gêneros**. Disponível em: <[www.http//caosmose.net/suelyrolnik](http://caosmose.net/suelyrolnik)>. Acesso em: 29 Mai. 2007.

SAFATLE, Vladimir. A democracia para além do Estado de direito. Revista **CULT**. ano 12, v. 1 São Paulo, n. 137, 2009, pp.42 – 44.

SEMINÁRIO INTERNACIONAL – CAPITALISMO COGNITIVO: “ECONOMIA DO CONHECIMENTO E A CONSTITUIÇÃO DO COMUM”, 2., 2005. **Transcrição da Conferência Proferida por Antonio Negri**: A constituição do comum. Disponível em: portal GOOGLE. Acesso em 02 de out. de 2008.

SIMÕES, Júlio.; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris**: do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

SOUSA FILHO, Alípio de. Foucault: o cuidado de si e liberdade ou a liberdade é uma agonística. IN: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval. M., VEIGA-NETO, Alfredo e SOUSA FILHO, Alípio. **Cartografias de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008, p. 13-26.

VELOSO, Caetano. O pensamento na canção. Revista **CULT**. São Paulo, ano 12, v. 1, n.135, 2009, p. 14 – 21.

VOCÊ concorda com o fato da Prefeitura de Vitória permitir que gays masculinos utilizem o banheiro feminino nas escolas municipais?. **A Tribuna**, Vitória, 04 de maio. 2009a. Opinião, p. 17.

ZIZEK, Slavoj. Democracia corrompida. **CULT**. São Paulo, ano 12, n. 137, v. 1, 2009, pp. 51 – 55.

APÊNDICE –

O Programa Vitória Sem Homofobia está vinculado à Secretaria Municipal de Cidadania e Direitos Humanos (SEMCID) de Vitória/ES. A SEMCID possui desde 2005 duas Subsecretarias: a de Cidadania e a de Promoção dos Direitos Humanos. A Subsecretaria de Cidadania possui três gerências que executam serviços de atendimento diretos aos cidadãos: a gerência de Resolução de Conflitos (serviços jurídicos relacionados principalmente à família); a gerência responsável pelo PROCON Municipal (Procuradoria do Consumidor); além da gerência responsável pelo Centro Integrado da Cidadania (CIC), onde vários serviços relacionados aos documentos e registros civis são ofertados.

A Subsecretaria de Promoção de Direitos Humanos está dividida em três gerências que são responsáveis por pensar e avaliar políticas públicas para temáticas específicas: a gerência de Raça, a de Gênero e a de Direitos Humanos. Estas três gerências se articulam com os movimentos sociais para propor novos serviços de promoção da cidadania, sensibilizando outras secretarias ou serviços municipais para que práticas preconceituosas sejam combatidas e o acesso das minorias aos serviços públicos seja garantido. O Programa Vitória Sem Homofobia é executado pela gerência de Direitos Humanos. O Programa conta com uma assistente social e um estagiário da área de Ciências Sociais, além da gerente de Direitos Humanos. O Programa possui o objetivo de pensar e avaliar políticas públicas de combate à homofobia e de promoção da cidadania do segmento LGBT. Portanto, a linha de atuação do Programa não é prestar serviços diretos ao segmento LGBT, mas encaminhar suas demandas políticas aos serviços municipais já existentes. Os serviços de atendimento direto que o Programa executa são cursos de formação sobre a homofobia e a diversidade sexual para os servidores públicos municipais ou de outros serviços sociais, como as polícias.

O Vitória Sem Homofobia está instalado na sede da SEMCID, a chamada Casa do Cidadão de Vitória/ES no bairro de Itararé, região tradicional da zona Noroeste da capital capixaba, lugar onde também estão localizadas todas as gerências e todos os serviços anteriormente citados.

Além das gerências e dos serviços mencionados, a SEMCID oferta à população o CAVVID, Centro de Atendimento às Vítimas de Violência e Discriminação. As três gerências da Subsecretaria de Promoção dos Direitos Humanos – a de Raça,

Gênero e Direitos Humanos - articularam-se com os movimentos sociais de mulheres, negros, LGBT e de Direitos Humanos e conceberam um centro de referência para as vítimas de homofobia, racismo e machismo com atendimento psicológico, jurídico e assistência social.

A idéia de se implantar uma política pública municipal para minorias sexuais surgiu entre um grupo de gestores da Secretaria Municipal de Cidadania e Direitos Humanos que conheceu o Programa Brasil Sem Homofobia do governo federal no final do ano de 2004 e se mobilizou no sentido de instaurar no município uma política pública similar. Este grupo de gestores já possuía o intuito de pensar ações de fortalecimento da cidadania do segmento LGBT. Porém, o nascimento de uma política pública de âmbito federal fortaleceu o grupo na trama de correlação de forças internas da secretaria municipal⁸.

As características deste Programa do município de Vitória/ES são correlatas às do programa de âmbito federal, que é fruto da intensa articulação de entidades da militância LGBT de vários estados brasileiros para forçar o poder público federal a se comprometer a elaborar e executar políticas públicas específicas para o segmento. O Brasil Sem Homofobia traduz vários anseios desta militância, como as propostas de ações na área de educação, cultura, saúde, assistência, combate à violência etc. Sendo coordenado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, este programa federal inspirou os princípios do Vitória Sem Homofobia: a articulação entre os vários serviços públicos e a parceria com a sociedade civil na elaboração e execução das ações.

Paralelamente à construção do Vitória Sem Homofobia e, como instância deste Programa, foi construído o Fórum Municipal de Cidadania LGBT como espaço de interlocução entre o poder público municipal e atores da militância LGBT que atuam no município de Vitória/ES. As entidades que participam do Fórum junto com os servidores municipais e indivíduos da sociedade civil não filiados a entidades são: a AGES (Associação de Gays do Espírito Santo); PLUR@L (Programa de Extensão em Diversidade Sexual da UFES) e a ACARDS (Associação Capixaba de Redução de Danos).

⁸ Estas informações sobre as estruturas do Programa, bem como de sua história de construção, são fruto de nossa experiência de participar do Programa em sua fase de implantação, em 2005; mas, sobretudo, das conversas que efetuamos com pessoas que se movem pelo Programa.

É importante ressaltar que, juridicamente, o Programa Vitória Sem Homofobia “não existe”. Não há nenhuma lei municipal instituindo o Programa. Nos documentos oficiais da Prefeitura, como as peças orçamentárias, não há menção a um Programa chamado Vitória Sem Homofobia. Porém, há previsão orçamentária anual para que a Gerência de Direitos Humanos desenvolva ações de combate à homofobia e de afirmação da cidadania LGBT. Estas ações recebem o nome extra-oficial de Programa Vitória Sem Homofobia.